



**RELATÓRIO
E CONTAS
2019**



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração / 03

Órgãos Sociais / 05

Relatório do Conselho de Administração / 06

- **Introdução / 07**
- **Missão / 07**
- **Enquadramento Macroeconómico / 07**
- **Atividade da Caravela / 12**
- **Capital Social e Resultado / 23**
- **Perspetivas de Evolução para 2020 / 23**
- **Considerações Finais / 24**

Relatório do Governo Societário / 25

Política de Remunerações dos Colaboradores / 34

Demonstrações Financeiras

- **Posição Financeira / 37**
- **Ganhos e Perdas / 41**
- **Variações do Capital Próprio / 44**
- **Rendimento Integral / 46**
- **Fluxos de Caixa / 48**

Anexo às Demonstrações Financeiras / 50

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para a Caravela-Companhia de Seguros S.A. o 2019 foi um ano de grandes realizações.

Fica marcado pelo fim do primeiro ciclo de 5 anos de existência da Caravela e pelo início de uma nova etapa que a levará a uma nova dimensão.

Foi um ano de grandes realizações pois concluímos o Projeto Digital 2020. Um projeto que nos coloca numa rota de inovação e diferenciação no mercado Segurador em Portugal. Como exemplos temos o lançamento do Caravela Ciber e do Caravela Renting, produtos com processo 100% digital.

O ano também se caracterizou por uma aceleração do crescimento. Atingimos 28% de crescimento dos prémios brutos emitidos, face ao crescimento de 24% em 2018, obtendo um volume de negócios de 76 milhões de euros, aliado a uma excelente performance do Rácio Combinado, 94,5% em 2019 face a 96,3% em 2018, e do Rácio de Despesas de 25,9% em 2019 face a 28,1% em 2018.

A performance quantitativa acima descrita vem confirmar o potencial que a Tecnologia aliada à excelência dos Recursos Humanos pode alcançar em termos de produtividade, permitindo a uma Seguradora com um volume de negócios inferior a 100 milhões de euros, atingir níveis de performance, medidos pelo Rácio Combinado e Rácio de Despesas, no decil superior do mercado Português.

O ano 2019 também se caracterizou pelo arranque do novo ciclo 2020-2024, cuja ambição é colocar a Caravela no patamar das Seguradoras com mais de 200 milhões de euros de volume de negócios em 2025.

Neste contexto, durante o ano de 2019 foi realizada uma nova abertura do Capital a um novo acionista, TPIF Douro Bidco, S.à r.l., empresa que integra o *Private Equity Tosca Fund*, uma entidade Inglesa cujo conglomerado tem cerca de 4 mil milhões de ativos sob gestão e que passa a deter 48% do capital social da Caravela.

A operação de entrada do novo acionista integrou-se num plano de aumento de capital de 30 milhões de euros, com entregas de 10 milhões de euros a concretizar em 2019, 2020 e 2021.

Com esta operação a Caravela-Companhia de Seguros, S.A. fortalece os seus capitais próprios, apresentando em 31 de dezembro de 2019, um SCR de 202% no regime de Solvência II, estando preparada do ponto de vista da solvência para o crescimento orgânico e inclusive para eventuais processos de aquisição que se avizinham.

No âmbito do crescimento orgânico, realço o início da exploração do segmento de empresas que complementar a oferta que era apresentada ao mercado no segmento de retalho.

A nossa viagem tem sido desafiante e gratificante, mas caracterizada pela consistência e forte proximidade ao mercado.

Reiteramos os agradecimentos a todos os “*stakeholders*” que compõem o nosso ecossistema.

Estas realizações têm como principais artífices o conjunto de colaboradores da Caravela que com a sua dedicação e empenho têm sabido contornar os obstáculos que vão aparecendo na rota.

Uma palavra de destaque aos empresários da mediação de seguros que temos connosco na nossa viagem, e que são cada vez mais e com maior vínculo ao projeto.

Também às empresas prestadoras de serviços o nosso agradecimento pois souberam não só interpretar o modelo operacional da Caravela, mas têm contribuído com inovação e qualidade de serviço para a melhoria da “Experiência do Cliente”.

Agradecemos à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a colaboração e as sugestões apresentadas no acompanhamento da atividade da Caravela.

Uma final de apreço aos acionistas da Caravela-Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio que têm dado ao projeto, cujo objetivo maior é proporcionar aos clientes uma nova experiência no que respeita a seguros, marcado pela inovação e pela resposta aos novos desafios.

A viagem continua, rumo a uma nova dimensão!

Luis Cervantes

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Nuno Miguel Marques dos Santos Horta

Secretário - Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

Conselho de Administração

Presidente - Luís Filipe Sampaio Cervantes

Vice-Presidente - David Angulo Rubio

Vogal - António Manuel Nestor Ribeiro

Vogal - Fabrizio Cesario

Vogal - George Koulouris

Vogal - Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa

Vogal - José Paulo de Castro Trigo

Conselho Fiscal

Presidente - Manuel Augusto Lopes de Lemos

Vogal - Humberto Manuel Martins Carneiro

Vogal - Bernardo José Ferreira Reis

Suplente - A indicar

Revisores Oficiais de Contas

Efetivo - Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. - SROC nº 51,
representada por Fernando Jorge Marques Vieira - ROC nº 564

Suplente - Paulo Jorge Damião Pereira - ROC nº 1219

Relatório e Contas 2019

RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

1. Introdução

Em 2019, o mercado segurador nacional, registou uma quebra de 5,8% no volume da produção, concluindo o exercício com um total de 12,2 mil milhões de euros de Prémios Brutos Emitidos (PBE), com evoluções distintas consoante os ramos em análise.

O ramo Vida apresentou um decréscimo de 13,9% - com um total de 7 mil milhões de euros de PBE - situação resultante, principalmente, da redução da produção de seguros de vida financeiros influenciada pelas condições dos mercados num ambiente de baixas taxas de juros que afastaram os aforradores.

Já o subsetor dos ramos Não Vida, manteve o crescimento sustentado dos últimos anos, atingindo um volume de produção de seguro direto de 5,2 mil milhões de euros, com uma variação positiva de 8,0% relativamente ao ano anterior.

A Caravela-Companhia de Seguros, S.A. continuou, no ano agora findo, o seu crescimento consistente, com base num conhecimento profundo do mercado segurador português e suportado em projetos inovativos baseados na economia digital. O referido crescimento levou a uma produção final de 76,4 milhões de euros, representando um acréscimo de 28,5% relativamente a 2018.

Dos acontecimentos mais significativos do exercício agora findo, o de maior relevo para a Sociedade, foi o da reconfiguração do corpo acionista com a entrada no seu capital social da TPIF Douro BidCo S.à r.l., que adquiriu uma participação qualificada correspondente a 48% das ações da Sociedade. Com esta operação o capital social da Caravela passou para 44.388.315,20 euros.

2. Missão

A Caravela além do objetivo de apoiar a construção de uma sociedade sustentável tem por missão defender valores fundamentais como sejam o profissionalismo, a integridade, a confiança, o rigor e a dedicação, assentes em parcerias com a mediação de qualidade e com todos os seus fornecedores e colaboradores sob o signo de sentimentos de pertença e partilha, para bem servir a comunidade na importante área da assunção de riscos.

3. Enquadramento Macroeconómico

3.1. Conjuntura Internacional¹

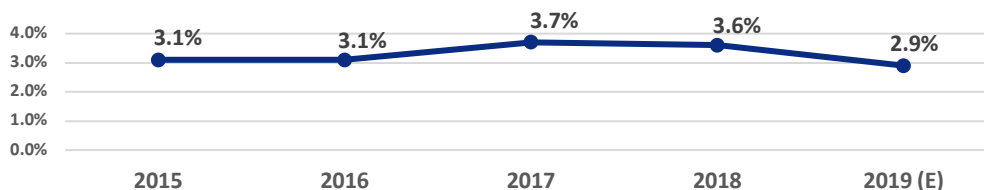
O ano de 2019 foi marcado por incerteza geopolítica e tensões comerciais constantes. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), é previsto um crescimento da economia global na ordem dos +2,9%, evidenciando uma evolução positiva, embora com um ritmo mais moderado relativamente a 2018, que registou +3,6%:

¹ Fonte:

Fundo Monetário Internacional (Janeiro 2020) – “World Economic Outlook Update, January 2020” Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/01/20/weo-update-january2020>

European Central Bank (No. 8 December 2019) – “Economic Bulletin”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ecbu/eb201908.en.pdf>. Economic and monetary developments (pp.2)

Evolução do PIB Mundial



Ao longo do ano 2019 foi notório o abrandamento da atividade económica de algumas economias de mercados emergentes, principalmente a da Índia. As tensões políticas e sociais na América Latina, a tensão entre os EUA e o Irão e os vários desastres climáticos no planeta influenciaram a atividade económica global e contribuíram para uma desaceleração do crescimento face, às previsões iniciais.

Por outro lado, o ano findo foi marcado pela diminuição da exposição ao risco especialmente devido às notícias favoráveis decorrentes das negociações comerciais entre os EUA e a China e à diminuição do receio de não existir um acordo para o *Brexit*.

Particularizando algumas economias, deve destacar-se:

⇒ O abrandamento do crescimento económico de grande parte dos países das economias avançadas, como os EUA (-0,6 pp relativamente a 2018) que viram a relação com os seus parceiros comerciais ser agravada pela agitação social, conseqüente da tensão geopolítica com o Irão;

⇒ O crescimento estimado de +1,0%, do Japão, face aos +0,3% no período homólogo de 2018;

⇒ Já para o Reino Unido, prevê-se que o crescimento económico se mantenha ao nível do ano anterior, ou seja +1,3%;

⇒ Os países de mercados emergentes e em desenvolvimento viram o ritmo do crescimento das suas economias abrandar em cerca de 0,8 pp. Na Índia prevê-se um crescimento de +4,8% face aos +6,8% de 2018 e na Arábia Saudita deve registar-se uma variação de -2,2 pp no crescimento económico, situando-se em +0,2% em 2019. A América Latina e o Caribe também terão registado um decréscimo de 1 pp no seu crescimento, quando comparado com o ano anterior, principalmente devido às tensões sociais e políticas e aos desastres climáticos que se fizeram sentir nestas regiões.

Os países em desenvolvimento e os mercados emergentes continuam a ser os que mais contribuíram para o crescimento do PIB global, +3,7%, enquanto as economias avançadas tiveram um menor impacto, +1,7%.

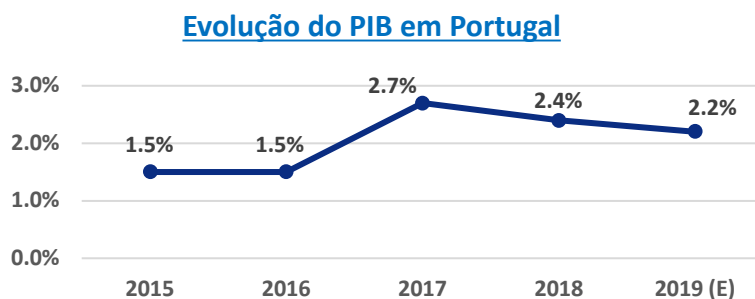
Na Zona Euro, o crescimento económico continuou a registar um abrandamento, devendo situar-se nos +1,2% em 2019 (face aos +2,4% e +1,9%, de 2017 e 2018 respetivamente), com destaque no abrandamento económico da Alemanha, devido a dificuldades nas exportações industriais, e cujo crescimento se terá situado nos +0,4%, o valor mais baixo desde 2014. A procura interna, na Zona Euro, apresentou um crescimento moderado, apesar das condições de financiamento terem sido mais favoráveis e ter havido, também, um aumento do rendimento disponível das famílias. Quanto à taxa

de inflação, esta manteve a tendência de redução na área euro de +1,8%, em 2018, para +1,2%, em 2019.

Em 2020, as projeções apontam para uma aceleração da atividade económica mundial, em que se prevê que o PIB cresça +3,0%, estando as economias emergentes, excetuando a China, na linha da frente deste crescimento. O PIB na Zona Euro, em 2020, poderá crescer +1,2%, estando em linha com a retoma do comércio mundial, bem como na expectativa de melhoria das relações comerciais entre EUA e a China. No entanto, à data da aprovação do presente relatório, março 2020, o aparecimento da pandemia COVID-19 introduz um nível de incerteza muito grande na evolução económica mundial.

3.2. Conjuntura Nacional²

Em 2019, a economia portuguesa manteve um ritmo de crescimento superior ao da média da Zona Euro. Estima-se que o PIB tenha tido um crescimento de +2,2% face aos +2,4% em 2018, embora este valor esteja acima da média esperada na área do euro, +1,2%, de acordo com o mencionado anteriormente:



Para esta estimativa de crescimento do PIB, destaca-se o contributo positivo da procura interna estando este contributo associado, essencialmente, à evolução positiva do mercado de trabalho, à continuação da recuperação do investimento empresarial e ao reforço da solidez do sistema financeiro (em contraste com o abrandamento da procura externa, associado à deterioração do ambiente económico internacional). Estes fatores contribuíram para que a economia portuguesa se tornasse resiliente, traduzindo-se esta num menor abrandamento quando comparado com a Zona Euro.

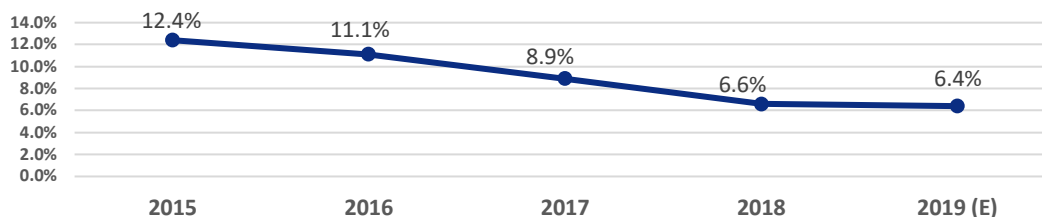
Registo, também, para a dívida pública que totalizou 249.740 milhões de euros em 2019. O montante representa um aumento de 597 milhões face aos 249.143 milhões de euros registados no final do ano anterior, o que significa que a dívida nominal não caiu como era espetável.

Quanto ao mercado de trabalho verificou-se uma dinâmica positiva apesar da desaceleração do emprego, caracterizada pelo crescimento mais moderado do emprego e pela redução da taxa de desemprego, estimando-se que esta se situe, em 2019, em cerca de 6,4%:

² Fonte:

Banco de Portugal (dezembro 2019) – “Boletim Económico”.
Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2020”.

Evolução da taxa de Desemprego em Portugal



Relativamente à inflação, estima-se que haja uma redução da mesma e esta se situe em +0,3%, mantendo-se abaixo do crescimento médio dos preços verificado na área do euro, +1,3%. Esta redução, foi influenciada, essencialmente, pela diminuição dos preços energéticos, bem como de uma desaceleração dos preços dos serviços.

Algo a salientar, na economia portuguesa, em 2019, foi a melhoria da produtividade, que se estima que cresça +0,8%, e também da competitividade e capacidade de financiamento, para o qual se estima um valor de +0,5% do PIB.

Para 2020, perspetiva-se que a economia portuguesa continue a crescer á volta de +1,9%, estimando-se que na Zona Euro haja uma ligeira recuperação do crescimento dando uma dinâmica positiva à procura externa e às exportações portuguesas; além dos fatores mencionados o dinamismo do investimento e do consumo privado também deverão manter um contributo positivo para o crescimento do PIB, em 2020, sendo nesta data difícil antecipar o impacto negativo da pandemia COVID-19.

3.3. Sistema Financeiro³

Em 2019, os principais bancos centrais, EUA e Zona Euro, foram mantendo as suas políticas monetárias expansionistas, devido ao arrefecimento económico e de forma a atenuar uma conjuntura internacional menos favorável.

Nos EUA as taxas de juro de curto prazo apresentaram uma tendência descendente, enquanto que na área euro a Euribor a 3 meses oscilou para níveis historicamente baixos. A Reserva Federal, dos EUA, decidiu baixar as taxas de juro federais (*fed funds*), ao longo do ano de 2019, invertendo assim a normalização da política monetária no período de 2015 a 2018. Quanto ao Banco Central Europeu (BCE), de forma a estimular o financiamento da economia, decidiu retomar o programa de compra de ativos (*Asset Purchase Programme*) num montante mensal de 20 mil milhões de euros.

Na Zona Euro, em 2020, o Banco Central Europeu deverá manter as taxas de juro a curto prazo em baixa, adiando assim as expectativas de mercado quanto a uma subida das mesmas.

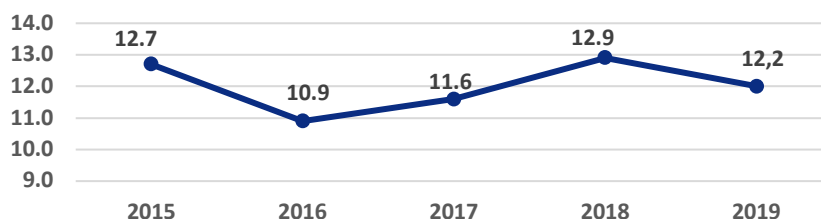
Relativamente ao mercado cambial, as hipóteses de manutenção da taxa de câmbio vão implicar uma depreciação do euro, para 2020, em menor grau que em 2019, face ao dólar.

³ Fonte
 Banco de Portugal (dezembro 2019) – “Boletim Económico”.
 Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2020”.

3.4. Tendências do setor segurador e perspectivas de evolução⁴

Em 2019, no setor segurador português, o volume da produção de seguro direto foi de 12,2 mil milhões de euros tendo tido uma variação negativa, face a 2018, de 5,8%:

Evolução da produção de seguro direto em mil milhões de euros



Esta evolução negativa teve um forte contributo do ramo Vida, que registou uma variação de -13,9%, face a 2018, representado agora 58,0% do total da produção do setor. É de realçar a modalidade de Produtos de Capitalização, uma vez que foi onde se registou a maior variação, que foi de -21,8%.

No mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi de 5,2 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva de 8,0%, face a 2018.

A taxa de sinistralidade Não Vida melhorou ligeiramente em 2019, passando de 66,4% para 63,1%.

Nos principais ramos do subsetor Não Vida, registaram-se as seguintes evoluções:

⇒ Apesar das vendas de viaturas em Portugal, no ano de 2019, terem invertido a tendência de crescimento de anos anteriores, com uma variação negativa de 2,0% face a 2018, o mercado segurador finalizou o ano com uma oscilação positiva de +7,0%, no ramo Automóvel, com uma ligeira melhoria da taxa de sinistralidade que passou de 67,7% para 66,6%;

⇒ No ramo Doença registou-se um crescimento de +8,9%, confirmando a tendência dos últimos anos, tendo a taxa de sinistralidade atingido os 72,0%;

⇒ O ramo Acidentes de Trabalho manteve a propensão de crescimento já observada nos exercícios anteriores, com uma variação positiva de +11,8%, embora a taxa de sinistralidade se tenha agravado, situando-se em 84,1% face aos 80,1% registados em 2018. Este ramo foi o que mais cresceu em Não Vida, acompanhando o movimento de crescimento da atividade económica;

⇒ Incêndio e Outros Danos, verificou um crescimento na ordem dos +7,4%, sendo de realçar a trajetória ascendente dos seguros de Riscos Múltiplos, +6,9%. Ao nível de sinistralidade, este ramo atingiu em 2019 uma taxa de 41,0%, valor muito inferior ao de 2018, que foi de 59,6%, resultante das várias intempéries verificadas na altura;

⇒ O Ramo Transportes apresentou um acréscimo de +7,0%, sendo que em termos de sinistralidade se verificou uma evolução favorável fixando-se em 41,1% contra os 57,6% do ano anterior;

⁴ Fonte
 APS – Base de dados, da Segurdata, a 2019.12

⇒ O Ramo Responsabilidade Civil Geral apresentou um crescimento de +9,0%, enquanto que a sua sinistralidade se fixou em 31,1%, comparativamente aos 31,7% de 2018.

4. Atividade da Caravela

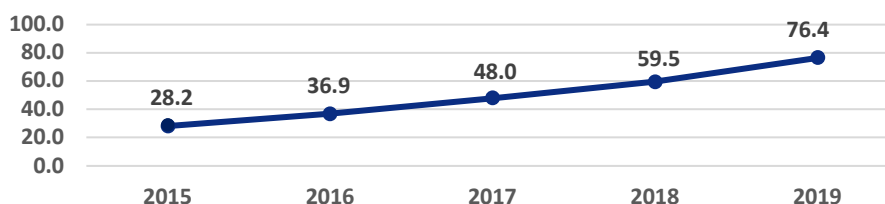
4.1. Principais Indicadores

A atividade da Caravela tem-se pautado, nos últimos anos por:

- ⇒ Significativo e constante aumento da produção;
- ⇒ Firme e sustentado equilíbrio dos seus indicadores de gestão;
- ⇒ Considerável crescimento dos resultados.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de +28,5%, mantendo a tendência dos últimos anos e terminando 2019 com um total de 76.437 milhares de euros:

Evolução da produção de seguro direto em milhões de euros



Destacou-se ainda, a variação favorável da taxa de sinistralidade, de seguro direto, que apresentou um decréscimo de 2,8 pp, face ao ano anterior.

Quanto às componentes do balanço, é de notar a redução do peso das provisões técnicas, que representam agora 80,3% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, devendo ser realçada a forte influência do crescimento da Companhia para a diminuição deste rácio, face a 2018.

Salienta-se, ainda, a melhoria do Capital Próprio, com uma variação de 66,6%, face ao período homólogo, devido à operação de aumento de capital realizada em dezembro.

O resultado líquido foi de 4.220 milhares de euros, representando 5,5% dos prémios brutos emitidos e um aumento de +37,7% relativamente a 2018, dando assim continuidade aos bons resultados registados desde 2015.

Quanto ao rácio combinado verifica-se uma melhoria do mesmo, atingindo os 94,5%, com um decréscimo de 1,5%, face a 2018.

No quadro seguinte discriminam-se os principais indicadores da Companhia:

Indicadores sintéticos

	2019	2018	U: milhares de euros VAR 19/18%
Balanço			
Ativo líquido	106 703	80 204	58,0%
Capital próprio ¹	32 387	19 435	66,6%
Provisão para prémios não adquiridos	15 875	12 419	27,8%
Provisão para sinistros	45 285	39 380	15,0%
Provisão para sinistros líquidos de resseguro	28 832	26 586	8,4%
Provisões técnicas	61 395	52 427	17,1%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	76 437	59 495	28,5%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	56 211	41 430	35,7%
Custos com sinistros de seguro direto	46 235	36 717	25,9%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	36 430	26 188	39,1%
Custos Operacionais	20 931	17 083	22,5%
Rendimentos	1 103	1 090	1,2%
Resultado líquido	4 220	3 064	37,7%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	637	531	20,0%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	64,2%	66,0%	-2,8%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	64,8%	63,2%	2,5%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	5,5%	5,1%	7,2%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	59,2%	66,2%	-10,5%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	80,3%	88,1%	-8,8%
Resultado líquido / capital próprio	8,1%	15,8%	-48,9%
Resultado líquido / capital social	9,5%	15,7%	-39,3%
Rácio combinado	94,5%	96,0%	-1,5%

¹ O capital social foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro, para 44.388.315,20 euros, tendo em 27 de dezembro sido realizada a 1ª prestação no valor de 10.000.000,00 euros.

Assim, a situação em 31 de dezembro de 2019 era:

⇒ Capital social subscrito: 44.388.315,20 euros;

⇒ Capital social realizado: 24.388.315,20 euros;

⇒ Capital social a realizar em 2021 e 2022: 20.000.000,00 euros.

4.2. Gestão Técnica

4.2.1. Produção e Apólices

Conforme antes mencionado, a Caravela encerrou o exercício de 2019 com um volume de PBE de 76.437 milhares de euros, o que representa um acréscimo de produção de 16.941 milhares de euros, ou seja +28,5%, em relação ao valor apurado em 2018.

O forte crescimento orgânico e consolidado, verificado nos últimos cinco anos, foi sustentado pelos segmentos de clientes particulares e de pequenas empresas e numa rigorosa e criteriosa subscrição de riscos, orientada para a rentabilidade de todas as linhas de negócio.

A boa performance obtida, foi transversal a todas as áreas de negócio, com exceção do ramo Doença; os ramos que mais contribuíram para a dinamização do crescimento, foram os ramos obrigatórios - Automóvel com +37,0% e Acidentes de Trabalho com +24,0%.

Na linha de negócio do ramo Automóvel, o crescimento está alicerçado no aumento da cadência da produção nova, na subscrição de negócio de clientes particulares e pequenas empresas e nos ajustamentos tarifários transversais. No caso do ramo de Acidentes de Trabalho, os vários ajustamentos tarifários efetuados à carteira, foram o principal impulsionador do crescimento obtido.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e variações 2018/2019 dos PBE dos principais grupos de linha de negócio:

Prémios de seguro direto por grupo de ramos

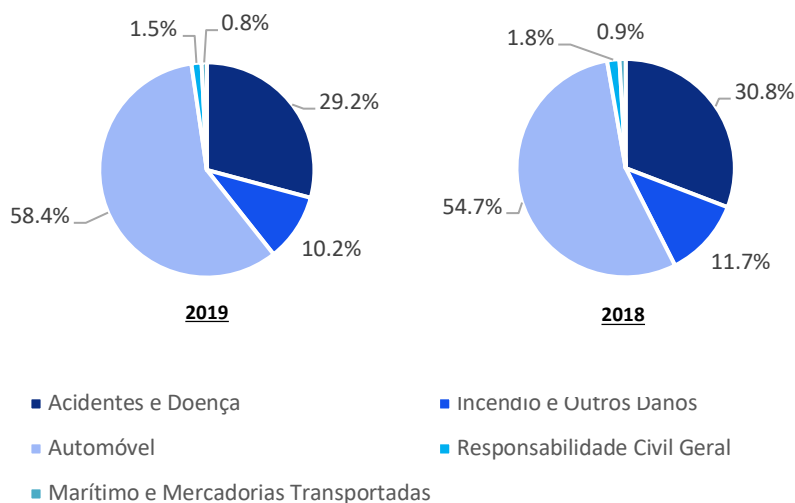
U: Euro

RAMOS	Δ	PBE	
		2019	2018
Acidentes e Doença	21,6%	22 297 640	18 340 645
Incêndio e Outros Danos	11,6%	7 771 636	6 964 133
Automóvel	37,0%	44 606 632	32 561 172
Responsabilidade Civil Geral	7,0%	1 163 594	1 087 145
Marítimo e Mercadorias Transportadas	10,1%	597 160	542 284
TOTAL	28,5%	76 438 682	59 497 397

Relativamente à estrutura dos prémios da carteira, a Caravela apresenta a mesma tendência da distribuição de 2018, tendo havido um incremento do peso da linha de negócio do ramo Automóvel (incluindo Assistência em Viagem) de 54,7% em 2018, para 58,4% em 2019, reforçando a predominância deste ramo.

No quadro abaixo, é apresentada a evolução desta estrutura, nos 2 últimos anos:

Estrutura da carteira em % de PBE



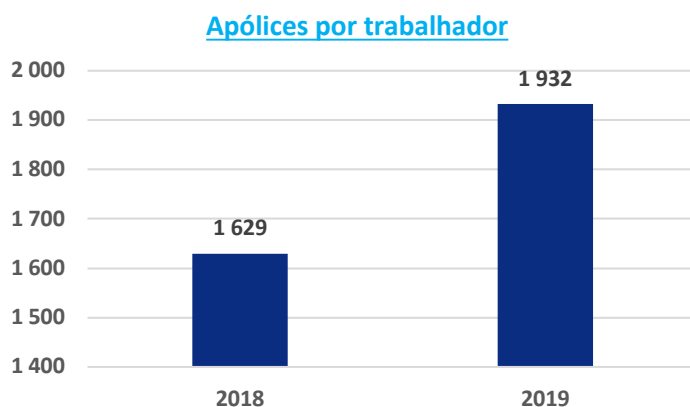
Como referido, o forte aumento da cadência na subscrição de produção nova do ramo Automóvel, suportada no segmento de clientes particulares e pequenas empresas, resultou no reforço, também ao nível do número de apólices em carteira, desta linha de negócio, passando de 76,4% em 2018, para 79,1% em 2019.

Embora tenha diminuído o seu peso no número de apólices em carteira, resultado do forte incremento do ramo Automóvel, destaca-se, ainda, o ramo Incêndio e Outros Danos, com um peso de 14,1%, totalizando estas duas áreas 93,2% das apólices em carteira na Caravela:

Distribuição da carteira em número de apólices

RAMOS	APÓLICES EM VIGOR			
	2019	Peso	2018	Peso
Acidentes e Doença	10 417	4,5%	9 503	5,2%
Incêndio e Outros Danos	32 766	14,1%	28 772	15,7%
Automóvel	183 328	79,1%	139 604	76,4%
Responsabilidade Civil Geral	4 381	1,9%	4 022	2,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	967	0,4%	886	0,5%
TOTAL	231 859	100,0%	182 787	100,0%

Esta evolução levou, também, a uma melhoria significativa no que diz à análise da relação apólice por trabalhador:



4.2.2. Sinistros

No ano de 2019, os custos com sinistros totalizaram 46.234 milhares de euros, antes de imputação de outros custos, representando um aumento de +25,9 % (+9.517 milhares de euros), comparativamente com o exercício anterior.

O aumento verificado, resulta principalmente da evolução do ramo Automóvel com +38,9 % (7.746 milhares de euros em valor absoluto), e dos ramos de Acidentes e Doença com +23,8 % (2.821 milhares de euros em valor absoluto).

Já na linha de negócio de Incêndio e Outros Danos, constatou-se uma redução considerável em relação ao exercício anterior -34,1 % (1.735 milhares de euros em valor absoluto).

Nos ramos menos representativos, verificou-se um aumento de +252,3 % em Responsabilidade Civil Geral e uma redução de -44,0 % em Marítimo e Mercadorias Transportadas:

Custos com sinistros por grupo de ramos

U: Euro			
Custos com Sinistros de Seguro Direto	2019	2018	Δ
Acidentes e Doença	14 686 253	11 865 547	23,8%
Incêndio e Outros Danos	3 354 969	5 089 690	-34,1%
Automóvel	27 680 928	19 934 847	38,9%
Responsabilidade Civil Geral	445 741	-292 692	252,3%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	67 014	119 771	-44,0%
TOTAL	46 234 905	36 717 164	25,9%

Estes valores conduziram a uma taxa de sinistralidade global de 64,2%, abaixo do verificado em 2018, que se tinha fixado em 66,0%.

Taxa de sinistralidade por grupo de ramos

Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos	2019	2018	Δ
Acidentes e Doença	67,1%	66,9%	0,2%
Incêndio e Outros Danos	45,3%	76,1%	-40,5%
Automóvel	67,9%	68,4%	-0,7%
Responsabilidade Civil Geral	39,5%	-27,9%	241,9%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	11,5%	22,7%	-49,3%
TOTAL	64,2%	66,0%	-2,8%

No ano de 2019, o número total de sinistros apresentou um aumento de +25,5% face a 2018, com especial incidência no Ramo Automóvel com +35,3%.

Os ramos de Acidentes e Doença apresentaram uma variação de +7,0%, tendo Incêndio e Outros Danos fechado o exercício com +5,0%.

Nas linhas de negócio menos representativas, com pouco relevo, dado o reduzido número de sinistros registados, verificaram-se oscilações em Responsabilidade Civil Geral de -0,5% e em Marítimo e Mercadorias Transportadas de -4,3 %:

Sinistros abertos por grupo de ramos

Processos Abertos por Grupo de Ramos	2019	2018	Δ
Acidentes e Doença	4 865	4 546	7,0%
Incêndio e Outros Danos	3 026	2 881	5,0%
Automóvel	21 215	15 685	35,3%
Responsabilidade Civil Geral	368	370	-0,5%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	44	46	-4,3%
TOTAL	29 518	23 528	25,5%

Refira-se também que tendo as apólices em vigor crescido +26,8%, a oscilação no que concerne ao número de sinistros foi de +25,5%.

Assim, a Companhia registou uma frequência de sinistros global de 14,2%, fixando-se no ramo Automóvel, segmento mais representativo, em 13,1%.

Frequência de sinistros calculada sobre o número de apólices

Frequência de sinistros	2019	2018	Δ
Acidentes e Doença	48,8%	95,7%	-48,9%
Incêndio e Outros Danos	9,8%	20,0%	-50,9%
Automóvel	13,1%	22,5%	-41,5%
Responsabilidade Civil Geral	8,8%	18,4%	-52,4%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	4,7%	10,4%	-54,3%
TOTAL	14,2%	25,7%	-44,7%

Sendo o tratamento de sinistros uma das principais áreas de avaliação de satisfação dos clientes de uma companhia de seguros, já que representa a sua capacidade de resposta às ocorrências que se vão verificando, a aposta que a Caravela tem desenvolvido na melhoria dos seus processos e procedimentos levou a que o Departamento de Gestão de Reclamações tenha registado apenas 163 reclamações respeitantes a esta área.

4.2.3. Resseguro

Na política de resseguro da Caravela existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Caravela para o ano de 2019, não sofreu qualquer alteração na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, mantendo envolvidos os mesmos Resseguradores de 2018.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente, à exceção do Tratado de Engenharia, cujo limite de excedente aumentou de 2 para 5 milhões de euros.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil Geral não sofreram qualquer alteração, nem ao nível da prioridade nem na sua capacidade, à exceção do limite anual agregado que aumentou de 1 para 2 milhões de euros no Tratado Automóvel - Danos Próprios.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentadas.

Assim, decidiu-se manter a Nacional Re como líder, na totalidade dos tratados, com 40% de participação.

Desta forma, nas renovações dos tratados, o *rating* mínimo exigido a um Ressegurador foi de “A-”, de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais resseguradores, bem como o respetivo *rating* a 31/12/2019:

RESSEGURO 2019	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional Re	A
Covea	A+
CCR Re	AA
DEVK Re	A+
Hannover Re	AA-
Helvetia	A
R+V	AA-

4.3. Gestão Financeira

4.3.1. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, nomeadamente os ativos mobiliários, cresceram 20.498 milhares de euros em 2019, traduzindo um crescimento de 36% face a 2018.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a OFI Asset Management, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Sociedade, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

No quadro seguinte é apresentado o resumo da situação, registada a 31 de dezembro de 2019:

Carteira de ativos

U: milhares de euros

CARTEIRA DE ATIVOS	2019			2018			Var 19/18
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	%
1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO							
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública	(1) 15 716	22%	20%	17 780	33%	32%	-12%
Obrigações Diversas	(1) 39 774	55%	52%	32 367	60%	57%	23%
Ações e Fundos de Investimentos	1 930	3%	3%	1 438	3%	3%	34%
Empréstimos Concedidos	447	1%	1%	252	0%	0%	78%
Liquidez	(2) 14 520	20%	19%	2 178	4%	4%	567%
Sub-total	72 387	100%	94%	54 015	100%	96%	34%
Outros Ativos não Mobiliários							
Imóveis	1 232		2%	1 232		2%	0%
Sub-total	1 232		2%	1 232		2%	0%
TOTAL (1)	73 619		96%	55 247		98%	33%
2. INVESTIMENTO OPERACIONAL							
Equipamento, Mobiliário e Material	3 250		4%	1 125		2%	189%
TOTAL (2)	3 250		4%	1 125		2%	189%
TOTAL (1) + (2)	76 869		100%	56 371		100%	36%

A exposição a títulos de dívida pública diminuiu 12%, face a 2018, enquanto a exposição à dívida *Corporate* aumentou 23%. Esta exposição em aplicações *Corporate*, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, aumentou significativamente, face a 31 de dezembro de 2018, justificado pelo aumento de capital concretizado no final do ano, estando, no entanto, em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

4.3.2. Resultados dos Investimentos Financeiros

U: milhares de euros

	2019	2018	VAR 19/18%
Rendimentos de investimentos	444	489	-9,2%
Ganhos ou perdas de investimentos	659	600	9,8%
MARGEM FINANCEIRA	1 103	1 090	1,2%

Os resultados financeiros apresentam, em 2019, um ligeiro acréscimo, face ao período homólogo, de 13 milhares de euros, +1,2%.

Já os rendimentos gerados diminuíram em 9,2%, em resultado das condições de mercado menos favoráveis.

Realce para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os últimos cinco anos em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da Caravela.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 1,3%.

4.4. Custos de Exploração

4.4.1. Custos por Natureza a Imputar

Os custos por natureza a imputar, atingiram 11.051 milhares de euros, o que representou um aumento de 21,6%, face a 2018, motivado por um acréscimo generalizado das rubricas de gastos:

Custos por natureza

U: milhares de euros

Custos por Natureza	2019	2018	VAR 19/18%
Custos com o Pessoal	5 992	5 244	14,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	3 563	2 993	19,0%
Impostos e Taxas	590	529	11,6%
Amortizações do Exercício	652	154	324,0%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	29	3	840,1%
Comissões	224	163	37,3%
TOTAL	11 051	9 086	21,6%

4.4.2. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal passou de 112 para 120 efetivos, com a seguinte distribuição:

Faixa Etária	Homens	Mulheres
Até 29 anos	6	4
De 30 a 39 anos	13	15
De 40 a 49 anos	25	34
De 50 a 59 anos	13	5
Mais de 60 anos	4	1
TOTAL	61	59

Idade Média	43 anos
--------------------	----------------

Salienta-se o aumento de 20,0% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo devido, essencialmente, ao crescimento da produção:

	2019	2018	VAR 19/18%
Efetivos no início do período	112	103	8,7%
Entradas	12	16	-25,0%
Saídas	4	7	-42,9%
Efetivos no final do período	120	112	7,1%

U: milhares de euros

Prémios brutos emitidos / nº de empregados	637	531	20,0%
---	------------	------------	--------------

4.5. Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado em anos anteriores, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar n.º 1/2018-R, de 11 de janeiro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com RJASR.

No domínio da solvência II, no decurso de 2019, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

⇒ Participação nas sessões do Grupo de Trabalho “Gestão de Riscos e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;

⇒ Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2018 e numa base trimestral para o último trimestre de 2018 e os três primeiros trimestres de 2019;

⇒ Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2018, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do RJASR e nos artigos 304.º a 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;

⇒ Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2018, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do RJASR e nos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;

⇒ Reporte à ASF do Relatório ORSA Não Regular relativo ao Projeto Douro;

⇒ Reporte à ASF do Relatório ORSA 2019, referente ao sexénio 2019-2024.

4.6. Margem de Solvência

A estratégia de crescimento da Caravela traz consigo maiores requisitos de capital que a Companhia deverá acomodar através de uma sucessiva melhoria dos Fundos Próprios. Essa melhoria, alavancada

por um aumento de capital realizado no passado mês de dezembro de 2019, passará, também, por um crescimento orgânico que permita atingir um rácio de custos de exploração equilibrado, pela manutenção de políticas de Subscrição e de Investimentos sãs e ponderadas, sendo o crescimento do risco de Subscrição e de Mercado justificado pelo crescimento do volume das carteiras, e por uma distribuição de lucros condicionada ao nível de garantia de solvência.

A Companhia calculou os rácios de Solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2019 e para o dia 1 de janeiro de 2020, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

O quadro abaixo apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II, em cada uma daquelas datas:

Requisito de capital de solvência

	u: milhares euros		
	31.12.2018	31.12.2019	01.01.2020
Fundos Próprios Elegíveis	17 697	38 440	38 357
Capital Social	19 566	44 388	44 388
Requisito de Capital de Solvência	11 792	19 021	19 041
Ajustamento por Impostos	-3 134	-2 647	-2 627
Risco Operacional	1 668	2 322	2 322
Requisito de Capital de Base	13 258	19 346	19 346
Efeito de diversificação	-5 680	-9 112	-9 112
Soma das componentes de risco	18 939	28 459	28 459
Risco de Mercado	3 055	3 934	3 934
Risco de incumprimento da contraparte	1 273	1 650	1 650
Risco de subscrição saúde	4 307	8 645	8 645
Risco de subscrição não vida	10 303	14 230	14 230
Rácio de Solvência	150,1%	202,1%	201,4%

O quadro abaixo apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital para cálculo do capital mínimo de solvência (MCR), nas mesmas datas:

Requisito de capital mínimo exigido

	u: milhares euros		
	31.12.2018	31.12.2019	01.01.2020
Fundos Próprios Elegíveis	16 466	30 502	30 409
Requisito de Capital Mínimo	5 307	7 862	7 862
Rácio de Capital Mínimo	310,3%	388,0%	386,8%

4.7. Capital Social e Resultado

4.7.1. Evolução do Capital Social

A 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito da Caravela era de 44.388.315,20 euros, representado por 79.056.677 ações sem valor nominal. À data de encerramento das contas encontram-se por realizar duas prestações do aumento de capital subscrito em 9 de julho de 2019, no montante de 20.000.000,00 de euros. As prestações iguais e no valor de 10.000.000,00 de euros cada, vencem-se em 2020 e 2021.

4.7.2. Resultado do Exercício de 2019

O resultado bruto apurado no final de 2019 foi de 4.361.666,08 euros, o qual deduzido dos impostos sobre o rendimento estimados conduziu a um resultado líquido de 4.219.965,45 euros, representando um crescimento de 37,7% em relação a 2018 e confirmando a evolução positiva verificada nos últimos exercícios; este valor superou, também, o valor definido no orçamento revisto em junho que era de 3.959.520,00 euros.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- ⇒ 421.996,55 euros (10 % do Resultado Líquido) para a conta de Reserva Legal;
- ⇒ 3.797.968,90 euros, valor restante, para a conta de Reservas Livres.

Com a aprovação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio da Companhia fixar-se-á em 32.387.100,47 euros e, incluindo a realização das prestações vincendas do aumento de capital subscrito, atingirá 52.387.100,47 euros.

5. Perspetivas de Evolução para 2020

Consolidado o crescimento com um nível positivo de resultados, a Caravela continuará a procurar a sua afirmação no mercado segurador com um plano de negócios redesenhado que está em curso, constituído com base nas seguintes vertentes:

- ⇒ Alargamento da oferta de produtos, com enfoque na área de pequenas e médias empresas de acordo com o projeto Douro, que define a estratégia da Caravela para o período 2020-2024 (Seguro de Frotas, Caravela Ciber, etc.);
- ⇒ Desenvolvimento de novos negócios, com conceitos ligados à economia digital (Caravela Renting);
- ⇒ Aprofundamento da relação com a rede de mediação da Companhia, através de soluções que permitam responder aos desafios do século XXI;
- ⇒ Promoção do investimento nas competências dos colaboradores;

⇒ Criação de parcerias, através de investimento financeiro numa lógica de *venture capital*, com *insurtechs*;

⇒ Promover uma política dinâmica nos investimentos, minimizando a volatilidade da carteira de investimentos financeiros e pressões sobre os rácios de solvência.

6. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal no acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício. O Conselho de Administração não pode deixar, igualmente, de expressar um profundo voto de pesar pelo falecimento do Dr. Armando Vieira de Magalhães em novembro passado, registando com saudade a colaboração e ensinamentos sempre recebidos durante o exercício da função de membro do Conselho Fiscal da Companhia, como Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração reitera o agradecimento à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões por todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício agora terminado.

Lisboa, 02 de março de 2020

O Conselho de Administração,

Luís Cervantes
Presidente

David Angulo
Vice-Presidente

Fabrizio Cesario
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa
Vogal

António Nestor Ribeiro
Vogal

George Koulouris
Vogal

Paulo Trigo
Vogal

Relatório e Contas 2019

RELATÓRIO DO

GOVERNO

SOCIETÁRIO

1. Introdução

A Caravela elabora o Relatório do Governo societário, de forma clara e transparente à luz do normativo em vigor e das melhores práticas do mercado.

2. Estrutura Acionista

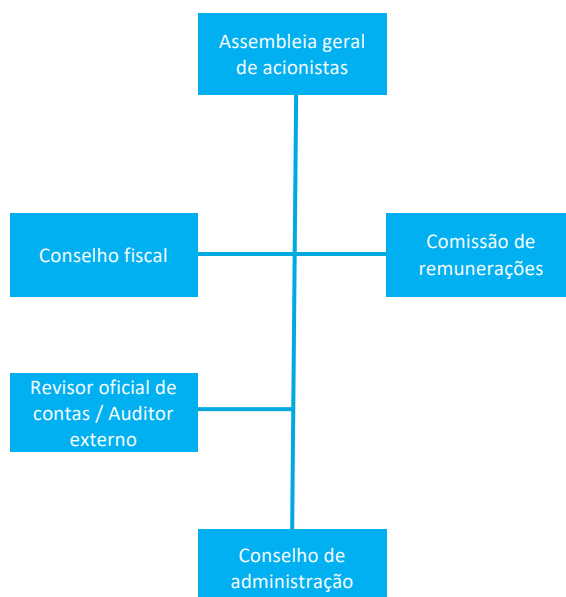
O capital social da Sociedade, integralmente subscrito e parcialmente realizado, é de 44.388.315,20 euros, representado por 79.056.677 ações, sem valor nominal. À data de encerramento das contas encontram-se por realizar duas prestações do aumento de capital subscrito em 9 de julho de 2019, no montante de 20.000.000,00 de euros. As prestações iguais e no valor de 10.000.000,00 de euros cada, vencem-se em dezembro de 2020 e 2021.

3. Estrutura de Governo

O modelo de governo da sociedade, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização segue o tradicional modelo latino e é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- ⇒ Assembleia Geral
- ⇒ Conselho de Administração
- ⇒ Conselho Fiscal
- ⇒ Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

O organigrama abaixo, apresenta essa estrutura organizacional:



Ainda de acordo com o art.º 11 dos Estatutos da Sociedade a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete membros, nomeados pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Assim, o atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2019 a 2022, é composto por sete administradores, sendo um deles Presidente, outro Vice-presidente e cinco Vogais.

O Conselho de Administração, como órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade.

Nos termos do art.12º dos estatutos da Caravela cabe-lhe, em especial:

- ⇒ A gestão da Sociedade, praticando todos os atos que se enquadrem no seu objeto social;
- ⇒ A aquisição, oneração e alienação de todos os bens e direitos da Sociedade;
- ⇒ A celebração de quaisquer contratos de financiamento e a realização de outras operações de crédito;
- ⇒ A definição da organização e dos métodos de trabalho da Sociedade;
- ⇒ A aprovação dos planos anuais e respetivos orçamentos;
- ⇒ A delegação dos seus poderes a um ou mais dos seus membros e/ou procuradores;
- ⇒ A criação de conselhos consultivos;
- ⇒ A execução e o cumprimento das disposições legais, bem como as deliberações da Assembleia Geral.

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, de entre os quais pelo menos um deverá possuir formação superior adequada ao exercício das suas funções e um membro suplente, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo também reelegíveis.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é determinada pela Comissão de Remunerações, composta por três membros - sendo um deles o Presidente - designados pela Assembleia Geral e também eles por períodos de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

4. Composição dos Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta

Secretário: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcamo Lobo

Conselho de Administração:

Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes
Vice-Presidente: David Angulo Rubio
Vogal: António Manuel Nestor Ribeiro
Vogal: Fabrizio Cesario
Vogal: George Koulouris
Vogal: Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
Vogal: José Paulo de Castro Trigo

Conselho Fiscal:

Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos
Vogal: Humberto Manuel Martins Carneiro
Vogal: Bernardo José Ferreira Reis
Suplente: A indicar

Revisor Oficial de Contas:

Efetivo: Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., SROC n.º 51,
representada por Fernando Marques Vieira, ROC n.º 564
Suplente: Paulo Jorge Damião Pereira, ROC n.º 1219

5. Qualificação profissional dos membros do Conselho de Administração e atividade exercida nos últimos anos

Luís Cervantes - Presidente

Qualificação académica:

Licenciado em Economia
Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Produtos Derivados

Atividade nos últimos anos:

Diretor do BES (1993-2005)
Administrador da Crediflash (2004-2006)
Assessor de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade (2005-2006)
Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros AXA Portugal (2006-2010)
Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros Seguro Direto Gere (2008)
Administrador da Sabseg Seguros (2010-2017)
Presidente do Conselho de Administração da AAA-SGPS, S.A. (novembro 2016-junho 2017)
Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.

David Angulo - Vice-Presidente

Qualificação académica:

Licenciado em Administração de Empresas
Mestrado em Administração de Empresas

Atividade nos últimos anos:

Analista Financeiro da Gescapital, S.A. (1992-1993)
Diretor de Divisão do Bankinter, S.A. (1993-1996)
Diretor Financeiro da Aegon Union Asseguradora (1997-2001)
Diretor Geral da Aegon Union Asseguradora (2001-2005)
Diretor Geral de Seguros do Santander UK Bank, plc (2005-2007)
Chairman da AVIVA plc, London and Madrid (2007-2014)
Chairman Executivo da Dunas Capital España, S.S. (2014-)
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.

António Nestor Ribeiro - Vogal

Qualificação académica:

Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática
Mestre em Informática - Sistemas distribuídos, Arquitetura de Computadores e Comunicações por Computador
Doutorado em Informática - Fundamentos da Computação

Atividade nos últimos anos:

Diretor Adjunto do curso da Licenciatura em Engenharia Informática (2008-2010)
Membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Ciências da Computação (2008-2010)
Membro do Conselho Pedagógico da Escola de Engenharia (2010-2013)
Diretor da Licenciatura em Engenharia Informática (2010-2013)
Diretor Adjunto do Departamento de Informática (2012-2016)
Membro da Comissão Diretiva do Departamento de Informática (2010-2016)
Professor auxiliar da Universidade do Minho
Administrador fundador da MobiComp (2008)
Co-fundador da iMobileMagic (2011-2016)
Vice-presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2019)
Vogal do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.

Fabrizio Cesario - Vogal

Qualificação académica:

Licenciado em Economia
Mestrado em Administração de Empresas

Atividade nos últimos anos:

Analista Financeiro da Rothschild Itália (1992-1995)
Diretor Executivo/Diretor Geral/Vice-Presidente do Lehman Brothers Europe (1995-2008)
Diretor Geral da Lazard Capital International Limited (2009-2010)
Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2010-2017)
Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.

George Koulouris - Vogal

Qualificação académica:

Licenciado em Economia
Mestrado em Administração de Empresas

Atividade nos últimos anos:

Analista/Associado da UBS, AG London (1999-2002)
Associado do Credit Suisse, AG London (2003-2005)
Vice-Presidente das Instituições Financeiras do Deutsche Bank AG London (2006-2007)
Supervisor/Chefe da Divisão de M&A do Marfin Investment Group Holding, S.A. (2007-2013)
Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2013-2017)
Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.

Gonçalo Ramos e Costa – Vogal executivo

Qualificação académica:

Licenciado em Administração de Empresas

Atividade nos últimos anos:

Gestor de Marketing na Lusitania (1993-1998)
Diretor de Marketing na Lusitania (1998-2001)
Administrador-delegado da Moçambique-Companhia de Seguros S.A. com sede em Maputo (2001-2004)
Administrador da Moçambique-Companhia de Seguros, S.A. (2004-2014)
Diretor coordenador da Direção Financeira, Administrativa e de Património da Lusitania (2007-2014)
Diretor Geral da AAA - SGPS (2014-2017)
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.

Paulo Trigo – Vogal executivo

Qualificação académica:

Licenciado em Engenharia Civil
Pós-graduado em Engenharia e Segurança Industrial
Cursos de Analista de Riscos, Técnico de Prevenção e Segurança e Técnico de Prevenção de Incêndios em empresas industriais

Atividade nos últimos anos:

Diretor do Gabinete de Análise de Riscos na Tranquilidade (1990-1998)
Diretor coordenador da Direção de Exploração Regional Norte na Tranquilidade (1998-2005)
Diretor coordenador da Direção de Grandes Clientes da Tranquilidade (2005-2014)
Administrador delegado da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2017)
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.

6. Composição da Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações é composta por três elementos:

Presidente: Fabrizio Cesario

Vogal: George Koulouris

Vogal: António Nestor Ribeiro

Os membros da Comissão de Remunerações não são remunerados, não tendo qualquer vínculo familiar entre eles.

7. Remunerações dos órgãos sociais

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Remunerações.

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

A Comissão de Remunerações deve reunir em sessão plenária, sempre que seja necessária a discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

8. Remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art.º 29º da lei n.º 28/2009 de 1 de 19 de setembro)

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas no quadro seguinte:

8.1. Agregado

U: Euro

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Conselho de Administração	600 000,00 €	157 713,00 €	757 713,00 €
Conselho Fiscal	10 500,00 €	- €	10 500,00 €
TOTAL	610 500,00 €	157 713,00 €	768 213,00 €

8.2. Individual

U: Euro

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Luís Filipe Sampaio Cervantes	206 000,00 €	62 762,00 €	268 762,00 €
Mário Nuno dos Santos Ferreira*	10 000,00 €	- €	10 000,00 €
Gonçalo Lopes da Costa de R. e Costa	192 000,00 €	48 137,00 €	240 137,00 €
José Paulo Castro Trigo	192 000,00 €	46 814,00 €	238 814,00 €
TOTAL	600 000,00 €	157 713,00 €	757 713,00 €

* Cessou funções em dezembro de 2019

U: Euro

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Manuel Augusto Lopes de Lemos	7 200,00 €	- €	7 200,00 €
Armando Luís Vieira de Magalhães*	3 300,00 €	- €	3 300,00 €
TOTAL	10 500,00 €	- €	10 500,00 €

* Faleceu em novembro de 2019

9. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL nº 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. nº 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2019, incluindo o IVA foram os seguintes:

U: Euro

Descrição dos Honorários MAZARS	Valor	Valor
Solvência II		18 450
Revisão Oficial Contas:		
	ano 2018	36 900
	ano 2019	24 600
TOTAL		79 950

10. Participação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Seguradora (Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho de Administração com participação no capital da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.:

Nome	Número de ações detidas a 31/12/2019
Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Ancoras de Jupiter Unipessoal, Lda.)	3 288 760
António Manuel Nestor Ribeiro (participação através da Blue Wave, S.A.)	1 541 606

Relatório e Contas 2019

POLÍTICA DE
REMUNERAÇÃO DOS
COLABORADORES

1. Enquadramento legal

A política de remunerações dos trabalhadores da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. é baseada no cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das quais se destacam os seguintes diplomas:

⇒ Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);

⇒ Circular n.º 6/2010, de 1 de abril (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);

⇒ Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015;

⇒ Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação das Empresas de Seguros.

Essa política de compensação remuneratória tem como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com as políticas de crescimento, rentabilidade e produtividade definidas pelos acionistas da Sociedade.

2. Competência

A política de remuneração dos trabalhadores deve ser proposta pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

3. Divulgação

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

4. Componentes da remuneração

Os colaboradores da Caravela poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável, cujos principais pressupostos serão:

⇒ Equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;

⇒ A remuneração variável deverá resultar de um sistema de objetivos e desempenho que dará um enfoque especial aos objetivos da Caravela que devem ser claros, precisos, determináveis e exequíveis.

5. Outros benefícios

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela auferem também os seguintes benefícios:

- ⇒ Seguro de Acidentes de Trabalho;
- ⇒ Seguro de Acidentes Pessoais;
- ⇒ Seguro de Saúde;
- ⇒ Seguro de Vida;
- ⇒ Prémio de Permanência (cláusula 42ª do ACT 2016);
- ⇒ Plano Individual de Reforma (PIR).

Relatório e Contas 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO
FINANCEIRA**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2019	Exercício			Exercício anterior
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ACTIVO					
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 267 710,71		2 267 710,71	2 095 016,40
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00		0,00	0,00
	Activos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
5	Activos disponíveis para venda	69 365 616,24	384 404,44	68 981 211,80	52 088 358,69
3.2.2	Empréstimos e contas a receber	3 297 447,57	0,00	3 297 447,57	1 926 379,66
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
3.2.2	Outros depósitos	2 850 906,58		2 850 906,58	1 674 818,02
3.2.2	Empréstimos concedidos	446 540,99		446 540,99	251 561,64
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios	1 231 882,32	0,00	1 231 882,32	1 231 882,32
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios de rendimento	1 231 882,32		1 231 882,32	1 231 882,32
8	Outros activos tangíveis	3 250 116,45	946 432,43	2 303 684,02	311 895,91
	Inventários	88 098,77		88 098,77	40 626,31
	Goodwill	0,00		0,00	0,00
3.4-10	Outros activos intangíveis	3 443 806,58	1 263 971,40	2 179 835,18	1 422 761,29
4.1.3	Provisões técnicas de resseguro cedido	17 970 091,00	0,00	17 970 091,00	14 108 081,30
4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	1 517 245,58		1 517 245,58	1 313 581,87
	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
4.1.1-4.1.3	Provisão para sinistros	16 452 845,42		16 452 845,42	12 794 499,43
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00		0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00		0,00	0,00
3.9.1-11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	7 301 147,03	348 870,43	6 952 276,60	5 259 102,37
3.8.1-3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por operações de seguro directo	6 576 250,86	239 508,72	6 336 742,14	4 564 372,51
3.9.1-4.4-11	Contas a receber por outras operações de resseguro	391 509,78	39 444,24	352 065,54	374 945,20
3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por outras operações	333 386,39	69 917,47	263 468,92	319 784,66
20	Activos por impostos	1 198 570,74	0,00	1 198 570,74	1 512 319,30
20	Activos por impostos correntes	308 854,12		308 854,12	343 995,70
20	Activos por impostos diferidos	889 716,62		889 716,62	1 168 323,60
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	232 109,54		232 109,54	207 218,83
	Outros elementos do activo	0,00		0,00	0,00
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	TOTAL ACTIVO	109 646 596,95	2 943 678,70	106 702 918,25	80 203 642,38

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2019	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
4.1.3	Provisões técnicas	61 394 795,17	52 426 629,48
3.7.1-4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	15 874 669,94	12 419 425,38
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
3.7.2-4.1.3	Provisão para sinistros	45 284 731,98	39 380 391,93
	De vida	0,00	0,00
4.1.3	De acidentes de trabalho	25 637 247,95	20 815 272,83
4.1.3	De outros ramos	19 647 484,03	18 565 119,10
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00
3.7.4-4.1.3	Provisão para desvios de sinistralidade	235 393,25	206 759,41
3.7.3-4.1.3	Provisão para riscos em curso	0,00	420 052,76
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
3.2.3.	Outros passivos financeiros	2 852 812,53	796 929,41
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.2.3	Depósitos recebidos de resseguradores	816 431,93	796 929,41
3.2.3-3.8.6	Outros	2 036 380,60	0,00
3.6-19	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	159 687,13	132 997,52
3.9.2	Outros credores por operações de seguros e outras operações	6 246 136,30	4 119 757,27
3.9.2	Contas a pagar por operações de seguro directo	3 438 781,25	2 488 430,25
3.9.2	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2 271 444,13	986 030,28
3.9.2	Contas a pagar por outras operações	535 910,92	645 296,74
20	Passivos por impostos	2 486 020,30	2 132 954,62
20	Passivos por impostos correntes	2 331 084,40	2 132 954,62
20	Passivos por impostos diferidos	154 935,90	0,00
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	1 176 366,35	1 159 085,74
	Outras Provisões	0,00	0,00
	Outros elementos do passivo	0,00	0,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
	TOTAL PASSIVO	74 315 817,78	60 768 354,04
	CAPITAL PRÓPRIO		
21	Capital	24 388 315,20	19 566 101,96
	(Acções Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
22	Reservas de reavaliação	688 603,98	-18 789,14
22	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	688 603,98	-18 789,14
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
22	Reserva por impostos diferidos	-154 935,90	4 227,56
22	Outras reservas	2 304 358,85	2 663 835,09
21	Resultados transitados	940 792,89	-5 843 615,88
	Resultado do exercício	4 219 965,45	3 063 528,75
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	32 387 100,47	19 435 288,34
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	106 702 918,25	80 203 642,38

¹ O capital social foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro, para 44.388.315,20 euros, tendo em 27 de dezembro sido realizada a 1ª prestação no valor de 10.000.000,00 euros. Assim, a situação em 31 de dezembro de 2019 era:

- ⇒ Capital social subscrito: 44.388.315,20 euros;
- ⇒ Capital social realizado: 24.388.315,20 euros;
- ⇒ Capital social a realizar em 2021 e 2022: 20.000.000,00 euros.

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Relatório e Contas 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA DE GANHOS

E PERDAS

CONTAS DE GANHOS E PERDAS (1/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2019	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		56 303 543,22		56 303 543,22	41 498 109,28
12	Prémios brutos emitidos		76 436 662,72		76 436 662,72	59 495 378,96
	Prémios de resseguro cedido		16 055 230,54		16 055 230,54	13 725 024,54
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		4 373 987,64		4 373 987,64	3 893 728,15
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		296 098,68		296 098,68	-378 516,99
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		0,00		0,00	0,00
4.1.1	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		38 578 580,21		38 578 580,21	28 107 607,12
4.1.1	Montantes pagos		36 839 153,56		36 839 153,56	29 446 850,01
4.1.1	Montantes brutos		43 666 774,36		43 666 774,36	35 708 947,56
4.1.1	Parte dos resseguradores		6 827 620,80		6 827 620,80	6 262 097,55
4.1.1	Provisão para sinistros (variação)		1 739 426,65		1 739 426,65	-1 339 242,89
4.1.1	Montante bruto		4 717 174,78		4 717 174,78	2 928 089,73
4.1.1	Parte dos resseguradores		2 977 748,13		2 977 748,13	4 267 332,62
4.1.3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		-391 418,92		-391 418,92	-974 507,45
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				0,00	0,00
	Montante bruto				0,00	0,00
	Parte dos resseguradores				0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00		0,00	0,00
12-17	Custos e gastos de exploração líquidos		14 648 618,58		14 648 618,58	11 729 456,60
12-17	Custos de aquisição		15 662 500,42		15 662 500,42	12 530 583,85
12-17	Custos de aquisição diferidos (variação)		-826 308,11		-826 308,11	-1 009 567,84
12-17	Gastos administrativos		2 846 939,73		2 846 939,73	2 416 226,82
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		3 034 513,46		3 034 513,46	2 207 786,23
13	Rendimentos		444 169,80	0,00	444 169,80	489 298,24
13	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		444 169,80	0,00	444 169,80	489 298,24
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.5	Gastos financeiros		272 695,97	0,00	272 695,97	216 128,67
3.9.5	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		272 695,97	0,00	272 695,97	216 128,67
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

CONTAS DE GANHOS E PERDAS (2/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2019	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
14	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		658 886,25	0,00	658 886,25	323 625,04
14	De activos disponíveis para venda		658 886,25	0,00	658 886,25	323 625,04
	De empréstimos e contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		0,00	0,00	0,00	-24 292,50
15	Perdas de imparidade (líquidas reversão)		0,00	0,00	0,00	-300 967,33
15	De activos disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	-300 967,33
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras provisões (variação)		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.4	Outros rendimentos/gastos		0,00	63 542,65	63 542,65	27 197,97
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		4 298 123,43	63 542,65	4 361 666,08	3 536 220,42
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		0,00	141 700,63	141 700,63	404 974,02
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	67 717,65
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4 298 123,43	-78 157,98	4 219 965,45	3 063 528,75

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Relatório e Contas 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO
CAPITAL PRÓPRIO**

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

2019

U: Euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2018	19 566 101,96	-18 789,14	4 227,56	1 293 199,69	1 370 635,40	-5 843 615,88	3 063 528,75	19 435 288,34
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
21	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	19 566 101,96	-18 789,14	4 227,56	1 293 199,69	1 370 635,40	-5 843 615,88	3 063 528,75	19 435 288,34
	Aumentos/reduções de capital	4 822 213,24				-665 829,12	5 843 615,88		10 000 000,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		707 393,12						707 393,12
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			-159 163,46			-274 379,42		-433 542,88
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				306 352,88			-306 352,88	0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos							-1 500 000,00	-1 500 000,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio						-42 003,56		-42 003,56
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						1 257 175,87	-1 257 175,87	0,00
	Total das variações do capital próprio	4 822 213,24	707 393,12	-159 163,46	306 352,88	-665 829,12	6 784 408,77	-3 063 528,75	8 731 846,68
21	Resultado líquido do período							4 219 965,45	4 219 965,45
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2019	24 388 315,20	688 603,98	-154 935,90	1 599 552,57	704 806,28	940 792,89	4 219 965,45	32 387 100,47

2018

U: Euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2017	19 566 101,96	663 156,21	-149 210,15	1 147 828,65	1 370 635,40	-7 151 955,26	1 453 710,42	16 900 267,23
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
21	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	19 566 101,96	663 156,21	-149 210,15	1 147 828,65	1 370 635,40	-7 151 955,26	1 453 710,42	16 900 267,23
	Aumentos/reduções de capital								0,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-681 945,35						-681 945,35
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			153 437,71					153 437,71
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				145 371,04			-145 371,04	0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio								0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						1 308 339,38	-1 308 339,38	0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-681 945,35	153 437,71	145 371,04	0,00	1 308 339,38	-1 453 710,42	-528 507,64
21	Resultado líquido do período							3 063 528,75	3 063 528,75
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2018	19 566 101,96	-18 789,14	4 227,56	1 293 199,69	1 370 635,40	-5 843 615,88	3 063 528,75	19 435 288,34

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Relatório e Contas 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO

RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

U: Euros

Notas do Anexo	Total	
	Exercício	Exercício anterior
Resultado líquido do exercício	4 219 965,45	3 063 528,75
Outro rendimento integral do exercício	548 229,66	-528 507,64
Activos financeiros disponíveis para venda	707 393,12	-681 945,35
22 Ganhos e perdas líquidos	707 393,12	-681 945,35
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	0,00	0,00
Imparidade	0,00	0,00
Alienação	0,00	0,00
22 Impostos	159 163,46	-153 437,71
Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Outros movimentos	0,00	0,00
Total do rendimento integral líquido de impostos	4 768 195,11	2 535 021,11

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Relatório e Contas 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS

FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

U: Euros

	2019		2018	
Actividades Operacionais:				
Recebimento de clientes	80 929 560		60 872 734	
Pagamentos a fornecedores	-4 766 932		-4 081 213	
Pagamentos ao pessoal	-5 867 121		-5 313 073	
Contribuições para o fundo de pensões	-53 728		-44 716	
Fluxo gerado pelas operações	70 241 780	70 241 780	51 433 732	51 433 732
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-243 207		-218 010	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:				
Pagamentos de sinistros	-41 517 731		-33 789 074	
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-5 310 964		-5 455 210	
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	-214 117		-43 860	
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-10 012 663		-7 772 857	
Outros recebimentos/pagamentos	-3 336 253		-4 361 715	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	9 606 844	9 606 844	-206 994	-206 994
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0		0	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-55 365	-55 365	-55 437	-55 437
Fluxo das actividades operacionais (1)	9 551 479	9 551 479	-262 431	-262 431
Actividades de Investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	60 515 743		22 262 544	
Activos Tangíveis	0		0	
Activos Intangíveis	0		0	
Subsídios de investimento	0		0	
Juros e proveitos similares	794 092		987 168	
Dividendos	7 901		0	
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	56 025	61 373 761	53 250	23 302 962
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	76 789 403		21 736 977	
Activos Tangíveis	104 976		53 645	
Activos Intangíveis	971 275		50 127	
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	123 098	77 988 752	98 731	21 939 480
Fluxo das actividades de investimento (2)	-16 614 991	-16 614 991	1 363 482	1 363 482
Actividades de Financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	10 000 000		0	
Subsídios e doações	0		0	
Venda de acções próprias	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0	10 000 000	0	0
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Amortização de contratos de locação financeira	47 544		73 457	
Juros e custos similares	2 500		3 097	
Dividendos	1 500 000		0	
Redução de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções próprias	0		0	
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	36 183	1 586 227	11 193	87 747
Fluxo das actividades de financiamento (3)	8 413 773	8 413 773	-87 747	-87 747
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1 350 261		1 013 304
Efeito das diferenças de câmbio		0		0
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 766 008		2 752 704
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 116 268		3 766 008

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Relatório e Contas 2019

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

1. Informações Gerais

A Caravela-Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Caravela ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503 640 549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal-Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na referida Conservatória.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap-Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal-Companhia de Seguros, S.A., tendo em 12 de novembro de 2014 sido adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A..

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96€, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530€.

Por decisão da Assembleia Geral realizada no dia 9 de julho de 2019, foi efetuado um novo aumento de capital no dia 18 de dezembro de 2019, no montante de 30.000.000,00€, mediante a emissão de 37.947.205 novas ações sem valor nominal, tendo sido realizado em 27 de dezembro o montante de 10.000.000,00€, em dinheiro, e ficado por realizar os restantes 20.000.000,00€, a concretizar em partes iguais nos meses de dezembro dos anos de 2020 e 2021.

Após este aumento, o capital social da Companhia ficou representado por 79.056.667 ações nominativas sem valor nominal, no montante total de 44.388.315,20€.

Das 37.947.205 novas ações emitidas, 31.211.584 ações foram subscritas pelo novo Acionista TPIF Douro BidCo S.à r.l. que adquiriu uma participação qualificada correspondente a 48% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Caravela-Companhia de Seguros, S.A., mediante aprovação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) em 17 de dezembro passado.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro nº 14, a Caravela dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, exercendo a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O volume de prémios do seguro direto da Companhia atingiu o montante de 76.437 milhares de euros, correspondente a um aumento de 28,5% face ao ano anterior (59.495 milhares de euros em 2018), sendo o ramo Automóvel o que continua a ter maior expressão, representando 52,4% do volume total de prémios (49,6% em 2018), seguido do ramo de Acidentes de Trabalho com 27,8% (28,8% em 2018).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade, salvo se expressamente indicada outra unidade.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 27 de fevereiro de 2020.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no dia 25 de março de 2020.

2. Informação por Segmentos

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento geográfico, sendo a distribuição por linhas de negócios em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentada nos quadros seguintes:

2019
U: Euro

Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	22 291 898	7 748 083	40 062 843	351 205	243 749	1 154 892	4 583 993	76 436 663
Prémios resseguro cedido	8 142 333	5 894 434	1 477 433	336 543	170 368	34 120	0	16 055 231
Prémios brutos adquiridos	22 195 076	7 381 940	36 659 497	342 345	237 049	1 124 887	4 121 882	72 062 675
Prémios brutos adquiridos de resseguro	8 134 559	5 632 575	1 461 678	330 442	165 758	34 120	0	15 759 132
Resultado dos Investimentos	296 424	67 460	416 382	951	801	18 137	30 205	830 360
Custos com sinistros brutos	15 899 309	3 499 057	25 173 785	55 441	13 700	467 329	3 275 328	48 383 949
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	7 827 724	1 852 791	86 902	37 809	3 489	0	-3 346	9 805 369
Variação de outras provisões técnicas	-2 830	118 993	-106 219	2 199	1 614	0	-312 741	-298 984
Custos e gastos de exploração brutos	4 883 489	2 098 504	10 032 868	73 388	66 287	300 764	135 397	17 590 697
Comissões e participação nos resultados de resseguro	692 801	2 198 161	-6 079	80 114	69 550	-34	0	3 034 513
Resultado técnico	2 097 498	151 223	594 590	-252	63 530	340 777	1 050 757	4 298 123
Outros rendimentos/gastos não técnicos								63 545
Resultado não técnico								63 545
Resultado antes de impostos								4 361 668
Provisões técnicas de seguro directo	26 782 801	5 024 210	30 245 725	70 957	62 955	1 259 327	2 344 523	65 790 498

2018
U: Euro

Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	18 335 225	6 943 809	29 478 945	295 491	245 196	1 079 594	3 117 119	59 495 379
Prémios resseguro cedido	6 776 510	5 368 793	1 094 381	249 762	164 136	71 443	0	13 725 025
Prémios brutos adquiridos	18 198 605	6 669 987	26 468 415	284 406	241 647	1 048 057	2 690 534	55 601 651
Prémios brutos adquiridos de resseguro	6 749 957	5 171 496	1 094 381	241 840	158 450	71 443	615 975	14 103 542
Resultado dos Investimentos	333 353	85 862	408 798	896	1 105	18 683	24 772	873 469
Custos com sinistros brutos	12 428 572	5 215 049	19 209 806	64 809	56 989	-273 168	1 934 981	38 637 037
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	5 817 965	4 605 931	73 284	53 186	55 766	72 688	-149 390	10 529 430
Variação de outras provisões técnicas	-46 928	10 833	-1 187 134	2 600	1 971	0	312 741	-905 917
Custos e gastos de exploração brutos	3 235 498	1 935 760	7 807 467	70 089	75 903	295 282	448 652	13 868 653
Comissões e participação nos resultados de resseguro	580 722	1 544 047	-45 251	65 367	54 692	8 210	0	2 207 786
Resultado técnico	2 563 546	572 690	-19 275	24 516	59 897	1 054 081	-746 433	3 509 022
Outros rendimentos/gastos não técnicos								27 198
Resultado não técnico								27 198
Resultado antes de impostos								3 536 220
Provisões técnicas de seguro directo	21 825 156	5 442 637	25 683 721	58 781	73 951	1 135 549	1 683 795	55 903 589

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

A) No decorrer do período de 2019 foram efetuadas alterações em determinadas normas contabilísticas, nomeadamente:

Novas normas e alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019

⇒ IFRS 16 – ‘Locações’

A IFRS 16 substitui a IAS 17 – “Locações” e as interpretações associadas, com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários que passam a ser obrigados a reconhecer para todos os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e um ativo relativo ao “direito de uso”.

Estão previstas isenções a este tratamento contabilístico para as locações de curto prazo (< 12 meses) e de ativos de baixo valor (< 5.000 USD). A definição de um contrato de locação também foi revista, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.

No que se refere ao regime de transição, a IFRS 16 pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva simplificada (efeito acumulado registado em 1 de janeiro de 2019).

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1986 de 31 de outubro.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

⇒ IFRS 9 – ‘Elementos de pré-pagamento com comparação negativa’

Esta alteração permite a classificação /mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal (“compensação negativa”), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado.

Adicionalmente, também é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/498, de 22 de março.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

⇒ IAS 19 – ‘Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos’

Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade:

i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e

ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação, qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto de “asset ceiling”. O impacto no “*asset ceiling*” é sempre registado no Outro rendimento integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2019/402 de 13 de março.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

⇒ IAS 28 – ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’

Esta alteração clarifica que os investimentos de longo- -prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (investimentos sem data de pagamento definida e cuja ocorrência não se estima num futuro próximo), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados de acordo com a IFRS 9.

Esta clarificação determina que os investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de serem adicionados, para efeitos de teste de imparidade, ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2019/237 de 8 de fevereiro.
- Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

⇒ IAS 23 – ‘Custos de empréstimos obtidos’

Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2019/412 de 14 de março.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

⇒ IAS 12 – ‘Impostos sobre o rendimento’

Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de

resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2019/412 de 14 de março.
 - Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.
- ⇒ IFRS 3 – ‘Concentrações de atividades empresariais’ e IFRS 11 – ‘Acordos conjuntos’

Esta melhoria clarifica que:

i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor;

ii) um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) que obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente, ao justo valor.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2019/412 de 14 de março.
- Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Novas interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019

⇒ IFRIC 23 – ‘Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre o rendimento’

IFRIC 23 é a uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal, em sede de imposto sobre o rendimento.

Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento, à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos e ativos contingentes’, com base na estimativa do valor esperado ou do valor mais provável.

No que se refere ao regime de adoção, a IFRIC 23 pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva simplificada (efeito acumulado registado em 1 de janeiro de 2019). Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/1595, de 23 de outubro.

- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Novas normas publicadas pelo IASB, endossadas pela União Europeia e ainda não efetivas

⇒ IAS 1 e IAS 8 – ‘Definição de material’

Estas alterações introduzem uma modificação à definição de material, fazendo parte do projeto mais alargado do *'Disclosure Initiative'* do IASB.

As alterações também clarificam que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo.

São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2019/2104, de 29 de novembro
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

Estrutura Conceptual - 'Alterações na referência a outras IFRS'

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo/passivo e de gasto/rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticável.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2019/2104, de 29 de novembro
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

⇒ IFRS 3 – 'Definição do negócio'

Esta alteração constitui uma revisão da definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais.

A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas.

Passam a ser ainda permitidos ‘testes de concentração’ os quais, quando positivos, isentam a entidade de avaliação adicional, sobre se se trata da aquisição de um ativo ou de um negócio.

No âmbito do teste de concentração, se parte significativa do justo valor dos ativos adquiridos corresponder a um único ativo, os ativos adquiridos não constituem um negócio.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

⇒ IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 ‘Reforma das taxas de juro de referência’

No seguimento da crise financeira, surgiu a necessidade de substituir a taxas de juro de referência, como a EURIBOR e outras taxas de juro interbancárias (IBOR).

Considerando a incerteza que um processo desta natureza encerra e atendendo às numerosas estruturas de cobertura baseadas em taxas de juro de referência, em vigor, o IASB decidiu criar isenções à aplicação da contabilidade de cobertura, para que a ‘reforma’ das taxas de juro de referência não impliquem a descontinuação da contabilidade de cobertura.

As principais isenções referem-se a: i) componentes de risco; ii) requisito “altamente provável”; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (se aplicação da IAS 39); v) reciclagem da reserva de variação de justo valor no capital próprio.

As ineficiências de cobertura devem continuar a ser reconhecidas nas demonstrações dos resultados.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

Novas normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela EU

⇒ IFRS 17 – ‘Contratos de seguro’

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. Para os contratos de serviços de taxa fixa, cujo principal objetivo é a prestação de serviços, as entidades têm a opção de contabilizar de acordo com a IFRS 17 ou a IFRS 15. Tal como previsto na IFRS 4, é permitido que os contratos de garantia financeira sejam incluídos no âmbito da IFRS 17 desde que a entidade os tenha explicitamente classificado como contratos de seguro. Os contratos de seguros em que a entidade é a detentora da apólice de seguro não estão no âmbito da IFRS 17 (exceção feita ao resseguro cedido).

A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021. Como parte do projeto de alterações à IFRS 17, o IASB já declarou que irá adiar a data da adoção da IFRS 17 e da IFRS 9, para data a definir.

Decisões tomadas pela U.E., quanto a normas já publicadas

O IASB desenvolveu uma iniciativa para a preparação de uma norma que sirva de resposta às questões contabilísticas (complexas e fundamentais) colocadas pelas entidades que desenvolvem Atividades Reguladas.

Dadas as implicações e alcance dos temas em questão, o IASB está a desenvolver uma nova norma, a qual tem enfoque nas características mais críticas das Atividades Reguladas (pretende-se, por exemplo, apresentar uma definição clara dos direitos e obrigações inerentes a estas atividades, distinguindo-as dos direitos e obrigações de Atividades Não Reguladas).

Este projeto deu origem a uma norma interina, emitida pelo IASB em janeiro de 2014, a IFRS 14 – ‘Desvios Tarifários’, a qual incorpora orientações contabilísticas de curto-prazo para os adotantes pela primeira vez das IFRS, aplicáveis até à conclusão do projeto.

Contudo, a União Europeia pronunciou-se negativamente sobre a adoção deste normativo, em outubro de 2015, tendo a Comissão Europeia decidido não propor a adoção desta norma, dado o número reduzido de entidades às quais a IFRS 14 se aplicaria atualmente. Este órgão da UE irá tomar as devidas considerações, após a publicação da norma final.

B) As Demonstrações Financeiras da Caravela, em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas da Demonstração da Posição Financeira e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2019 e 2018 são comparáveis entre si, encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, com exceção da IFRS 4-Contratos de Seguro, em que apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos de seguro, e dada a permissão, pela alteração da IFRS 4, para a adoção da IFRS 9-Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação da IFRS 17-Contratos de Seguro, a Companhia ainda aplicou a norma IFRS 9 na elaboração das suas Demonstrações Financeiras.

Os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram registrados ao justo valor de mercado.

Sendo os prêmios de seguro direto reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros registrados aquando da participação, são realizadas determinadas especializações de acordo com as políticas contabilísticas a seguir especificadas, e que foram aplicadas de forma consistente para os períodos indicados.

3.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa os valores apresentados na Demonstração da Posição Financeira, e que incluem os valores em caixa e as disponibilidades à ordem em bancos, são facilmente convertíveis em numerário.

3.2. Instrumentos Financeiros

3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

A Caravela classifica os seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial e de acordo com a intenção que lhes está subjacente, nomeadamente em “Ativos Financeiros Disponíveis para Venda”, que são ativos que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado e não classificados como investimentos a deter até à maturidade.

São ativos inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, incluindo os custos de transação, sendo que as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas na Reserva de Reavaliação em capital próprio.

O justo valor corresponde ao valor pelo qual estes ativos podem ser transacionados em condições normais de mercados ativos.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros podem encontrar-se valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- ⇒ Nível 1 Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- ⇒ Nível 2 Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- ⇒ Nível 3 Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia distribuem-se pelos Níveis 1 e 2, acima mencionados.

No momento da alienação ou do reconhecimento de imparidade, as variações constatadas face ao justo valor são registadas em custos ou proveitos do exercício, por contrapartida de capitais próprios.

A Companhia adota o critério de reconhecimento de imparidades sempre que se registre uma desvalorização continuada de mais de 180 dias ou uma desvalorização de valor significativo, quando superior a 30% da respetiva cotação, no caso dos instrumentos de capital.

Nos instrumentos de dívida é reconhecida imparidade quando existe uma significativa dificuldade financeira do emitente, tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que as mais-valias potenciais que ocorram após o reconhecimento de perdas por imparidades são registadas em Reserva de Reavaliação e quando posteriormente sejam apuradas menos-valias potenciais considera-se que existe imparidade, que serão consideradas em resultados do exercício.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em resultados do exercício e são especializados de acordo com o tempo decorrido até à data do fim do exercício, sendo calculados pelo método da taxa efetiva e registados em Rendimentos, onde igualmente são reconhecidos os dividendos de instrumentos de capital no momento do conhecimento do direito da Companhia ao recebimento.

3.2.2. Empréstimos e Contas a receber

Compreende ativos financeiros não cotados num mercado ativo, que incluem os depósitos a prazo em instituições de crédito, afetos a contratos de seguro, reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor correspondendo ao seu valor nominal, e os empréstimos concedidos.

O saldo das rubricas Outros Depósitos e Empréstimos Concedidos em 31 de dezembro de 2019, por prazo de vencimento, era o seguinte:

				U:Euro
Outros depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
Depósitos a Prazo:				
Millennium BCP	27.11.2019	21.11.2020	360	598 575
Banco Carregosa	19.07.2019	19.07.2020	366	250 512
Banco Santander	03.04.2019	04.04.2020	367	2 001 820
				2 850 907
Empréstimos Concedidos:				
Mobility 24				251 557
Uniway				200 000
				451 557
				3 302 464

* - Inclui juros decorridos

3.2.3. Passivos Financeiros

A Companhia classifica um instrumento como passivo financeiro quando exista uma obrigação contratual da sua liquidação.

Os passivos financeiros são constituídos por depósitos recebidos de resseguradores e por operações de locação operacional, nos termos da IFRS 16 que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2019.

Estes passivos são “desreconhecidos” quando são liquidados ou extintos, e tinham a seguinte decomposição, por ano:

	<i>U:Euro</i>	
	2019	2018
Depósitos recebidos de Resseguradores		
Prémios	0	0
Sinistros	796 929	796 929
	796 929	796 929
Locação Operacional		
Equipamento Transporte	184 919	0
Edifícios Arrendados	1 851 461	0
	2 036 381	0
Total de balanço	2 833 310	796 929

3.3. Terrenos e Edifícios

3.3.1. De rendimento

A Companhia mantém no seu ativo o imóvel adquirido no ano de 2016, constituído pelas frações autónomas designadas pelas letras “V”, “X”, “Z”, “AA”, “AB”, “AC” e “AD”, que fazem parte do prédio urbano situado na Praça Conde de Agrolongo, nºs 161 a 183, freguesia de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), concelho de Braga, pelo preço de 1.140.000 euros, estando valorizado por 1.231.882 euros, no balanço.

Este imóvel encontra-se classificado como propriedade de rendimento, valorizado nos termos da IAS 40, e por esse facto não é amortizado.

3.4. Outros Ativos Tangíveis e Intangíveis

No momento do reconhecimento inicial destes ativos a Caravela capitaliza o valor de aquisição e os encargos suportados e que sejam necessários para que os bens entrem em funcionamento, de acordo com a IAS 16.

A vida útil dos bens tangíveis varia em função do tempo estimado de obtenção de benefícios económicos futuros, sendo os bens gradualmente amortizados durante esses períodos.

Os custos incorridos com a aquisição dos bens intangíveis (*software*), bem como as despesas com a sua implementação, são igualmente capitalizados, e são amortizados linearmente, durante o período de vida útil estimado de três anos, e pelo período de seis anos para as aquisições ocorridas a partir do exercício de 2015.

Os custos com a manutenção do *software*, quando incorridos, são reconhecidos diretamente em Resultados como custo do exercício.

Todos estes bens são revertidos no momento da alienação, ou no momento em que deixem de produzir benefícios económicos, sendo o ganho ou perda apurados reconhecidos diretamente em Resultados.

A Companhia procedeu à verificação da possível perda por imparidade deste tipo de bens, de acordo com o que estipulam a IAS 36 e a IAS 38, tendo concluído que este grupo de ativos está devidamente valorizado à data do encerramento do exercício, continuando a proporcionar os benefícios económicos deles esperados.

A Caravela procedeu ao abate de alguns ativos fixos tangíveis no exercício, no montante global de 19.207 euros, por se encontrarem em estado obsoleto, e que estavam totalmente depreciados.

3.5. Imposto sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% acrescida de 1,5% de Derrama Municipal, imposto corrente calculado com base no lucro tributável do exercício e após dedução de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores e suscetíveis dessa dedução.

À taxa acumulada de 22,5% de IRC e Derrama Municipal acresce a taxa adicional de 3% correspondente à Derrama Estadual, nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que é a percentagem que corresponde ao escalão do lucro tributável da Caravela (superior a 1.500.000,00€ e inferior a 7.500.000,00€).

Dado que o lucro tributável normalmente difere do resultado contabilístico, são calculados impostos diferidos com impacto no imposto a pagar ou a recuperar nos anos seguintes e que correspondem a diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, entre os valores de balanço e a respetiva base fiscal, e que normalmente são calculados à taxa em vigor à data do balanço.

O imposto diferido na Companhia corresponde a valias potenciais e imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, bem como a imposto diferido ativo por prejuízos fiscais, na medida em que a Administração estimou no exercício de 2014, e confirmou neste exercício, que se prevê continuarem a existir lucros tributáveis nos exercícios seguintes, suficientes para absorverem essas diferenças temporárias dedutíveis.

3.6. Benefícios dos Empregados

A) Plano de Pensões de Benefício Definido:

A Caravela manteve neste Plano, até 31 de dezembro de 2018, três colaboradores que estavam na atividade em 22 de junho de 1995 e que eram abrangidos pelo Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Com a assinatura em 6 de março de 2019 de um Protocolo de Acordo entre a Caravela e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), todos os trabalhadores filiados neste sindicato, e que estavam abrangidos pelo CCT de 2008, onde se incluíam os três colaboradores abrangidos por este Plano, passaram a estar abrangidos pelo Acordo de Empresa em vigor na Companhia, que por este facto transitaram deste Plano e passaram a fazer parte do Plano de Pensões de Contribuição Definida.

Neste Plano de Pensões mantém-se apenas um ex-administrador reformado que recebe uma pensão de reforma.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

B) Plano de Pensões de Contribuição Definida:

O veículo de financiamento afeto a este Plano é o “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida, S.A. (Fundo nº 287), que passou a aplicar-se de uma forma homogénea a todos os colaboradores da Companhia neste exercício de 2019, conforme mencionado anteriormente.

Este Fundo passou a estar constituído nos termos do Acordo de Empresa de 2019 e por este facto, os trabalhadores que não estavam integrados neste Plano passaram a estar por ele abrangidos desde o dia 1 de janeiro de 2019, assim como os três colaboradores que estavam anteriormente abrangidos pelo Plano de Pensões de Benefício Definido.

Informações adicionais estão igualmente divulgadas na nota 19.

C) Prémio de Permanência:

De acordo com a cláusula 42ª do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula nº. 42 do ACT 2016, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

3.7. Provisões Técnicas do Seguro Direto e do Resseguro Cedido

Nos pontos seguintes, descrevem-se as diversas Provisões Técnicas dos ramos Não Vida.

3.7.1. Provisão para Prémios não Adquiridos do Seguro Direto

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício com vigência após essa data e destina-se a cobrir os riscos assumidos pela Companhia desde o final do exercício até à data de vencimento dos respetivos contratos de seguro, atingindo o valor total de 20.270.373 euros antes da dedução dos custos de aquisição diferidos (em 2018 o valor desta provisão era de 15.896.385 euros).

A provisão é calculada por aplicação do método *pro-rata temporis*, para cada prémio emitido de cada contrato em vigor e para todos os ramos, deduzida dos custos de aquisição também imputáveis a exercícios seguintes na mesma proporção dos prémios.

3.7.2. Provisão para Sinistros do Seguro Direto

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado dos encargos com sinistros decorrentes dos contratos de seguro, quer tenham sido declarados ou não à data do encerramento, e que se encontram por regularizar, incluindo a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos no período e ainda não participados (IBNR), ou já participados mas insuficientemente provisionados (IBNER). Inclui ainda os custos administrativos a incorrer com a regularização futura de sinistros em gestão ou ainda não participados.

Estas provisões são revistas regularmente, à medida que as responsabilidades da Companhia vão sendo liquidadas, de forma a que seja mantido um nível de provisionamento adequado ou seja compatível com as responsabilidades existentes.

O seu valor estimado no exercício foi de 45.284.732 euros, que se comparam com 39.380.392 euros em 2018; neste valor está incluindo o montante de 377.659 euros (591.638 euros em 2018) de provisão para despesas futuras com a gestão de sinistros já ocorridos.

3.7.3. Provisão para Riscos em Curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a possíveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, pela soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, subtraindo o rácio de investimentos, deduzida de uma unidade, sendo a provisão para riscos em curso constituída e/ou reforçada sempre que a referida soma dos rácios seja superior a “1”.

Este foi o primeiro exercício em que a Companhia não teve necessidade de registar provisão para riscos em curso, pelo facto de terem sido implementados critérios rigorosos de subscrição do negócio e dos ajustamentos tarifários que foram efetuados durante o exercício de 2019.

3.7.4. Provisão para Desvios de Sinistralidade

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de Fenómenos Sísmicos nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja a possibilidade de maiores oscilações: Incêndio, Multi-Riscos e Atividades Comerciais e Associativas.

É calculada pela aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

O valor registado para esta provisão no final de 2019 foi de 235.393 euros, que se comparam com 206.759 euros em 2018.

3.7.5. Provisão Matemática

As provisões matemáticas determinam o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia e são calculadas com base em métodos atuariais, nos termos da legislação em vigor.

Para as pensões não remíveis a Caravela aplica a tábua de mortalidade TV 88/90, com uma taxa técnica de juro de 2,5% (em 2018 a taxa aplicada foi de 2,7%) e encargos de gestão de 3% (4% em 2018).

Para as pensões remíveis a tábua aplicada é a TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25%, incluindo 1% de encargos de gestão.

3.7.6. Provisões Técnicas do Resseguro Cedido

Compreende a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios não Adquiridos, determinadas pela aplicação dos critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em conta os tipos de tratados de resseguro e as condições neles expressas, como percentagens de cedência e outras cláusulas, e corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia.

3.8. Ajustamentos e Especializações

3.8.1. Ajustamentos de Recibos por Cobrar

Os ajustamentos efetuados tiveram por objetivo reduzir do montante total dos prémios em cobrança o seu valor estimado de realização.

Os recibos emitidos e não cobrados no final do ano são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto” e o valor do ajustamento é apresentado a deduzir no ativo da demonstração da posição financeira.

O regime do pagamento dos prémios de seguros previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado pelo D.L. n.º 72/2008 de 16 de abril, alterado pela Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro, determina que o não pagamento do prémio inicial na data do vencimento, ou da fração inicial, implica a resolução automática do contrato com efeito à data da sua celebração e que essa falta de pagamento nas anuidades subsequentes impedem a prorrogação desses contratos, daí resultando que contabilisticamente esses prémios sejam anulados no momento em que não foram cobrados.

O valor apurado dos ajustamentos do exercício de 2019 foi de 133.481 euros - 115.476 euros em 2018 - equivalente a 0,17% dos prémios brutos emitidos líquidos de estornos e anulações (0,19% em 2018).

3.8.2. Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa

O saldo global das rubricas “mediadores de seguros” e “outros devedores” regista uma diminuição de 31.752 euros no exercício, sendo o valor global dos ajustamentos à data das Demonstrações Financeiras de 215.389 euros, comparativamente aos 247.141 euros em 2018.

3.8.3. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão direta, ou indiretamente, relacionados com a venda de contratos de seguros são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos.

À data do encerramento do exercício estes custos atingiram o valor total de 4.395.703 euros (em 2018 eram de 3.476.960 euros).

3.8.4. Remunerações de mediação

São representadas pelo montante contratualmente atribuído aos mediadores, pela angariação e cobrança de prémios de seguro, sendo registadas como custo no momento do processamento dos respetivos recibos de prémio.

Esta rubrica inclui a especialização das comissões de incentivo comercial a pagar aos mediadores no primeiro trimestre do ano seguinte, após o apuramento final dos resultados por mediador, que é efetuado no início do ano, e desde que se encontrem atingidos os objetivos comerciais de produção, sinistralidade e cobranças que constam dos protocolos celebrados com os mediadores.

Foi reconhecido no exercício o montante de comissões de incentivo de produção, relativas a 2019, a pagar aos mediadores durante o primeiro trimestre de 2020 de 302.350 euros, valor menor do que o registado em 2018 e que foi de 324.632 euros.

3.8.5. Responsabilidade por férias e subsídios de férias

Incluída na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” do passivo corresponde a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do ano e acrescidos de incrementos

previstos, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício, a regularizar posteriormente, por serviços prestados pelos colaboradores até 31 de dezembro de 2019.

3.8.6. Locações

A Companhia classifica os contratos de locação como locações financeiras ou locações operacionais de acordo com o ativo que está subjacente e o direito de controlo sobre esse ativo.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios que resultam da propriedade de um ativo foram transferidos para o locatário, sendo os encargos financeiros reconhecidos em resultados, no período a que respeitam, e o montante da amortização deduzido ao passivo, sendo todas as restantes operações de locação consideradas como contratos de locação operacional.

A Caravela celebrou os seguintes contratos de locação financeira:

⇒ dois contratos no mês de janeiro de 2018 com o Banco BPI, relativos a equipamento de transporte (viaturas), por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,375%;

⇒ um contrato no mês de outubro de 2019 com a locadora Mercedes-Benz Financial Services para aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 3,8404%.

Os pagamentos efetuados ao abrigo destes contratos de locação financeira são registados pela Companhia em contas de terceiros, os montantes respeitantes ao reembolso do capital, e em custos os juros do período a que respeitam.

Estes ativos estão sujeitos a depreciação, sendo a política de depreciação destes ativos locados consistente com a de outros ativos depreciáveis que a Companhia possui, sendo a depreciação reconhecida calculada de acordo com a IAS 16.

Com a entrada em vigor da IFRS 16-Locações, em 1 de janeiro de 2019 a Companhia passou a ter o direito de uso de um ativo subjacente por contrapartida dum passivo referente aos pagamentos futuros associados ao uso desse ativo.

A IFRS 16 não abrange os contratos de locação com duração inferior a 12 meses nem os ativos subjacentes com valor inferior a USD \$5.000.

Na mensuração inicial o passivo é reconhecido no início do contrato de locação operacional pelo valor presente dos pagamentos futuros, sendo o direito de uso do ativo mensurado ao custo, pelo mesmo valor do passivo.

Nas estimativas subsequentes o passivo é mensurado pelo método da taxa de juro efetiva e reconhecida a depreciação do direito de uso (ativo).

Os quadros seguintes refletem os impactos da adoção da IFRS 16-Loações nas contas de Companhia, na data da transição em 1 de janeiro de 2019:

	Direito de Uso	Passivo Financeiro	Resultados Transitados
Imóveis	2 154 573,92	2 194 684,77	-40 110,85
Viaturas	121 939,56	123 832,28	-1 892,72
	2 276 513,48	2 318 517,05	-42 003,57

e à data de encerramento em 31 de dezembro de 2019:

	Direito de Uso	Passivo Financeiro	Depreciação Direito de Uso	Amortização Passivo Financeiro	Depreciação exercício	Juros suportados	Reclassificação Rendas e Alugueres
Imóveis	1 808 706,85	1 851 461,40	345 867,07	343 223,37	355 366,83	20 376,63	375 743,46
Viaturas	181 548,55	184 919,18	72 673,88	71 195,97	77 628,56	6 447,09	82 597,74
	1 990 255,40	2 036 380,58	418 540,95	414 419,34	432 995,39	26 823,72	458 341,20

3.9. Decomposição de Outras rubricas das Demonstrações Financeiras

3.9.1. Outros devedores por operações de seguro

Esta rubrica apresentava em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a decomposição apresentada no quadro da página seguinte:

	<i>U:Euro</i>	
	2019	2018
Contas a receber por operações do seguro directo:		
Recibos por cobrar:		
- Acidentes de Trabalho	1 293 844	1 175 492
- Incêndio e Outros Danos	161 965	214 192
- Automóvel	1 269 199	1 054 447
- Outros Ramos	230 305	271 702
	2 955 313	2 715 833
Reembolsos de Sinistros:		
- Acidentes de Trabalho	596 928	657 277
- Incêndio e Outros Danos	7 911	95 352
- Automóvel	2 286 769	978 509
- Outros Ramos	92 479	66 273
	2 984 087	1 797 410
Mediadores:		
- Contas correntes	583 267	192 892
- Comissões a receber	30 114	26 378
	613 381	219 270
Cosseguradores:		
- Contas correntes	16 151	77 930
	16 151	77 930
Outros:		
- Outros saldos	7 320	7 185
	7 320	7 185
	6 576 251	4 817 628
Ajustamentos de recibos por cobrar	-133 481	-115 476
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-106 027	-137 779
	6 336 742	4 564 373
Contas a receber por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	391 510	414 389
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-39 444	-39 444
	352 066	374 945
Contas a receber por outras operações:		
Pessoal	8 609	7 960
Fundo de Acidentes de Trabalho	2 215	3 298
Outros devedores diversos	322 562	378 444
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-69 917	-69 917
	263 469	319 785
Balço	6 952 277	5 259 102

Os recibos por cobrar apresentaram a seguinte antiguidade em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	U:Euro	
	2019	2018
Até 30 dias	2 719 160	2 525 163
De 31 a 90 dias	136 582	90 932
De 91 a 180 dias	26 133	19 489
De 181 a 360 dias	39 646	53 988
Com mais de 360 dias	33 792	26 260
Total	2 955 313	2 715 833

Os recibos em cobrança há mais de 30 dias respeitam a negócios colocados em co-seguro e a contratos de seguros celebrados com organismos públicos e com municípios, que pela sua natureza têm prazos especiais de pagamento.

3.9.2. Outros credores por operações de seguro

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica registava os seguintes valores:

	U:Euro	
	2019	2018
Contas a pagar por operações do seguro directo:		
Mediadores:		
- Contas correntes	424 159	444 760
- Comissões a pagar	190 176	31 238
	614 335	475 997
Cosseguradores:		
- Contas correntes	57 130	115 441
- Outros saldos	0	0
	57 130	115 441
Tomadores de seguro:		
- Estornos a pagar	299 007	215 077
- Prémios recebidos antecipadamente	2 468 309	1 681 915
	2 767 316	1 896 992
Outros (reembolso sinistros):	0	0
	3 438 781	2 488 430
Contas a pagar por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	2 271 444	986 030
Contas a pagar por outras operações:		
Pessoal	170	212
Fornecedores	378 647	511 627
Outros credores diversos	157 094	133 458
	535 911	645 297
Balanco	6 246 136	4 119 757

3.9.3. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentaram a seguinte composição em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	U: Euro	
	2019	2018
Gastos Diferidos:		
Seguros	63 255	32 558
Rendas e alugueres	25 997	23 128
Serviços de informática	100 461	99 263
Quotizações da actividade	25 051	0
Outros gastos	17 345	52 269
Total de balanço	232 110	207 219

	U: Euro	
	2019	2018
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	580 850	519 396
Encargos sobre remunerações a liquidar	143 315	128 329
Bónus a liquidar ao pessoal	0	0
Comissões a pagar	316 825	408 758
Outros acréscimos	135 376	102 602
Total de balanço	1 176 366	1 159 086

A rubrica de “Comissões a pagar”, no valor de 316.825 euros, respeita a comissões de mediação, no valor de 302.350 euros, e a 14.475 euros de comissões bancárias de investimentos, a pagar em 2020.

A rubrica de “Outros acréscimos”, no valor de 135.376 euros, compreende as especializações do ano, de fornecimentos e serviços externos.

3.9.4. Outros rendimentos/gastos/ajustamentos

A decomposição de outros rendimentos, outros gastos e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se discriminada no quadro da página seguinte:

U: Euro

	2019	2018
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros (exercícios anteriores)	59 649	37 459
	59 649	37 459
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos (mora)	0	0
Outros	15 555	14 913
	15 555	14 913
Outros rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	0	0
Outros (exercícios anteriores)	45 228	1 009
	45 228	1 009
Ganhos benefícios pós-emprego		
Ganhos planos pensões	0	0
	0	0
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	-12 400	-8 353
Mecenato	-50 000	0
Multas e penalidades	-200	-207
Quotizações diversas	-1 525	-1 525
Regularização de saldos ex. anteriores	0	-12 097
Dívidas incobráveis	0	0
Outros	-1 090	0
	-65 215	-22 181
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	-55	-301
Outros	-5 365	-2 031
	-5 421	-2 332
Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-18 005	-4 958
De outros devedores	31 752	3 289
	13 747	-1 669
	63 543	27 198

3.9.5. Gastos financeiros

Nos exercícios de 2019 e 2018 estes gastos tiveram a seguinte decomposição:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2019			2018		
	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados	272 696		272 696	216 129		216 129
Outros gastos de investimentos	0		0	0		0
Total	272 696	0	272 696	216 129	0	216 129

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

4.1.1. Provisão para Sinistros

a) O valor das Provisões para Sinistros, a 31 de dezembro de 2019, foi obtido recorrendo a métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, sem custos imputados à gestão de sinistros e brutas de resseguro.

b) Os valores das provisões foram obtidos de acordo com os seguintes procedimentos:

⇒ Sem deflacionar os montantes das indemnizações já pagas, isto é, sem colocar os seus valores a custos de 2019;

⇒ Não considerando o valor descontado dos pagamentos futuros, nem o seu crescimento por força da força da inflação.

c) Nos ramos de pequena dimensão o provisionamento é feito casuisticamente com base na informação constante na participação do sinistro e nos relatórios de peritagem.

d) No ramo de Acidentes de Trabalho, acresce a provisão matemática que regista a responsabilidade da Companhia por sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2019 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Em cumprimento dos critérios de prudência utilizados pela Companhia manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 no cálculo da Provisão Matemática, com a taxa técnica de juro 2,5% (2,7% em 2018) e 3% de encargos de gestão (4% em 2018).

A remição de Pensões de Acidentes de Trabalho é calculada pela tabela de mortalidade TD 88/90, com taxa técnica de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000, de 13 de janeiro, incluindo 1% de encargos de gestão.

A provisão para IBNR, apenas para as pensões, é calculada com base no número de pensões dos próprios sinistrados, excluindo as pensões que ocorram por morte, já que esses sinistros são conhecidos no imediato.

e) Acresce ainda a Provisão para Assistência Vitalícia, calculada recorrendo à tábua de mortalidade TV 88/90 com 3% de encargos (4% em 2018) e a taxa técnica de juro a 2,5% (2,7% em 2018), sendo

acrescentada uma taxa de crescimento de 2% aos custos vitalícios médios para fazer face à inflação futura.

f) A provisão de balanço para sinistros está incrementada da provisão para despesas de gestão com sinistros, onde se aplicam modelos determinísticos aos triângulos de *run off* de montantes pagos com despesas de gestão de sinistros. A repartição dos custos por ano de ocorrência e ano de pagamento é feita através do número de sinistros em gestão no ano.

g) O valor da provisão total para sinistros não declarados (IBNR) foi estimado tomando por base o número de sinistros participados em cada ano e, com base nos mesmos, aplica-se um modelo determinístico para estimar o número total de sinistros esperados, por ano de ocorrência e obtendo assim os sinistros que virão a ser participados referentes a anos de ocorrência já decorridos.

Com base nestes números de situações de IBNR expectáveis e no custo de sinistros total estimado por ano de ocorrência, encontra-se o valor da provisão desejável de IBNR.

h) O valor casuístico da provisão para sinistros declarados no exercício foi incrementado, de forma a fazer face a eventuais insuficiências não previstas casuisticamente (IBNER).

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2019 e dos seus reajustamentos no exercício findo em 31 de dezembro 2019 consta do anexo 2 deste relatório.

A decomposição da provisão para sinistros (não incluindo os custos de gestão), relativamente aos anos de 2019 e 2018, é apresentada de seguida:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2019			2018		
	Declarados	Não Declarados	Total Balanço	Declarados	Não Declarados	Total Balanço
Acidentes de Trabalho:						
- Provisão Matemática	6 750 061	13 401 094	20 151 155	5 722 958	9 605 036	15 327 993
- Provisão para Assistência Vitalícia	596 745	86 760	683 506	490 205	75 219	565 425
- Provisão para Outras Prestações	4 258 353	342 448	4 600 801	4 231 847	351 142	4 582 990
	11 605 160	13 830 302	25 435 462	10 445 010	10 031 397	20 476 407
Outros Seguros:						
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	184 950	15 355	200 305	146 045	12 523	158 568
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	1 539 887	479 294	2 019 181	2 371 252	447 876	2 819 128
Automóvel	14 715 284	1 019 438	15 734 722	13 543 820	876 054	14 419 875
Marítimo, Aéreo e Transportes	17 007	2 828	19 834	15 000	1 395	16 395
Mercadorias Transportadas	9 829	4 521	14 350	19 372	8 837	28 209
Responsabilidade Civil Geral	648 577	236 439	885 016	540 271	243 056	783 327
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	598 203	0	598 203	84 920	1 925	86 845
	17 713 736	1 757 876	19 471 611	16 720 680	1 591 666	18 312 346
Total	29 318 895	15 588 178	44 907 073	27 165 691	11 623 063	38 788 754

As responsabilidades não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos emitidos

A provisão para sinistros de resseguro cedido e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas foi a seguinte:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Var. Ganhos e Perdas	
	2019	2018	2019	2018
Acidentes e Doença	12 894 801	8 554 741	4 340 060	3 445 134
Incêndio e Outros Danos	1 546 235	2 235 930	-689 695	546 715
Automóvel:				
Resp.Civil	1 681 068	1 753 822	-72 754	-259 822
Outras Coberturas	89 917	0	89 917	0
Marítimo e Transportes	15 342	11 476	3 866	7 413
Mercadorias Transportadas	10 045	19 746	-9 701	-3 599
Resp.Civil Geral	215 438	215 438	0	72 688
Diversos	0	3 346	-3 346	-149 390
Total	16 452 845	12 794 499	3 658 346	3 659 140

Os custos com sinistros de seguro direto, com reporte a 31 de dezembro 2019, são discriminados no anexo 3, deste relatório.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados, de acordo com o quadro seguinte:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2019			2018		
	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total
Seguro Directo:						
Acidentes de Trabalho	10 745 292	4 882 324	15 627 616	8 086 975	4 200 002	12 286 977
Acidentes Pessoais e Pessoas Transporta	237 043	34 650	271 693	273 808	-132 213	141 595
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	4 225 307	-726 250	3 499 057	4 503 564	711 485	5 215 049
Automóvel	25 217 168	-43 383	25 173 785	20 325 347	-1 115 541	19 209 806
Marítimo, Aéreo e Transportes	52 126	3 316	55 441	55 575	9 234	64 809
Mercadorias Transportadas	31 649	-17 949	13 700	96 035	-39 046	56 989
Responsabilidade Civil Geral	394 220	73 110	467 329	368 060	-641 229	-273 168
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	5 529	0	5 529	3 321	0	3 321
- Assistência	2 758 440	511 358	3 269 798	1 996 263	-64 604	1 931 660
	43 666 774	4 717 175	48 383 949	35 708 948	2 928 090	38 637 037
Resseguro Cedido:						
Acidentes de Trabalho	-3 487 489	-4 338 107,93	-7 825 596	-2 277 831	-3 549 328,76	-5 827 159
Acidentes Pessoais e Pessoas Transporta	-176	-1 952,13	-2 128	-95 000	104 194,50	9 195
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	-3 213 063	1 360 272	-1 852 791	-3 452 187	-1 153 744	-4 605 931
Automóvel	-69 740	-17 162	-86 902	-333 106	259 822	-73 284
Marítimo, Aéreo e Transportes	-36 038	-1 771	-37 809	-38 653	-14 533	-53 186
Mercadorias Transportadas	-21 115	17 627	-3 489	-65 322	9 555	-55 766
Responsabilidade Civil Geral	0	0	0	0	-72 688	-72 688
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:			0			
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	0	3 346	3 346	0	149 390	149 390
	-6 827 621	-2 977 748	-9 805 369	-6 262 098	-4 267 333	-10 529 430
Total Líquido	36 839 154	1 739 427	38 578 580	29 446 850	-1 339 243	28 107 607

Os custos com sinistros apresentam-se líquidos de reembolsos recebidos/emitados e incluem os custos de gestão de sinistros imputados.

4.1.2. Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e de resseguro cedido, apresenta a seguinte decomposição:

U:Euro

Seguro directo:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2019	Valor de Balanço 2018
Acidentes e Doença	941 323	176 693	764 630	676 185
Incêndio e Outros Danos	2 753 100	628 835	2 124 265	1 835 800
Automóvel:				
Resp.Civil	8 478 074	1 775 068	6 703 006	5 198 958
Outras Coberturas	5 887 013	1 341 197	4 545 816	3 367 810
Marítimo e Transportes	51 092	9 010	42 081	34 508
Mercadorias Transportadas	48 439	10 738	37 701	30 725
Resp.Civil Geral	365 014	77 636	287 378	263 821
Diversos	1 746 320	376 527	1 369 793	1 011 618
Total Seguro Directo	20 270 373	4 395 703	15 874 670	12 419 425

U:Euro

Resseguro cedido:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2019	Valor de Balanço 2018
Acidentes e Doença	63 064	594	62 470	52 958
Incêndio e Outros Danos	2 059 200	665 171	1 394 029	1 222 529
Automóvel:				
Resp.Civil	5 980	0	5 980	0
Outras Coberturas	9 775	0	9 775	0
Marítimo e Transportes	35 454	12 298	23 156	19 255
Mercadorias Transportadas	33 593	11 757	21 836	18 839
Resp.Civil Geral	0	0	0	0
Diversos	0	0	0	0
Total Resseguro Cedido	2 207 066	689 820	1 517 246	1 313 582

4.1.3. Provisões Técnicas Totais

Nos quadros seguintes podem ser verificadas as evoluções das provisões técnicas do seguro direto e do resseguro cedido da Companhia, nos anos em análise:

U:Euro

Provisões Técnicas do Seguro Directo	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Balanço 2019	Balanço 2018	Variação
Provisão para prémios não adquiridos					
Acidentes e Doença	941 323	176 693	764 630	676 185	
Incêndio e Outros Danos	2 753 100	628 835	2 124 265	1 835 800	
Automóvel:					
Resp.Civil	8 478 074	1 775 068	6 703 006	5 198 958	
Outras Coberturas	5 887 013	1 341 197	4 545 816	3 367 810	
Marítimo e transportes	51 092	9 010	42 081	34 508	
Mercadorias Transportadas	48 439	10 738	37 701	30 725	
Resp.Civil Geral	365 014	77 636	287 378	263 821	
Diversos	1 746 320	376 527	1 369 793	1 011 618	
Sub-total	20 270 373	4 395 703	15 874 670	12 419 425	3 455 245
Provisão para Desvios Sinistralidade			235 393	206 759	28 634
Provisão para Sinistros					
Acidentes e Doença:					
Provisão Matemática			20 151 155	15 327 993	
Assistência Vitalícia			683 506	565 425	
Outras Prestações			5 006 818	5 086 145	
Incêndio e Outros Danos			2 035 717	2 848 920	
Automóvel:					
Resp.Civil			13 408 105	12 696 745	
Outras Coberturas			2 472 534	1 919 016	
Marítimo e Transportes			19 865	16 550	
Mercadorias Transportadas			14 516	32 213	
Resp.Civil Geral			894 313	800 540	
Diversos			598 203	86 845	
Sub-total	0	0	45 284 732	39 380 392	5 904 340
Provisão para Riscos em Curso					
Acidentes e Doença			0	1 092	
Incêndio e Outros Danos			0	0	
Automóvel:					
Resp.Civil			0	6 985	
Outras Coberturas			0	99 234	
Marítimo e Transportes			0	0	
Mercadorias Transportadas			0	0	
Resp.Civil Geral			0	0	
Diversos			0	312 741	
Sub-total	0	0	0	420 053	-420 053
Total	20 270 373	4 395 703	61 394 795	52 426 629	8 968 166

U:Euro

Provisões Técnicas do Resseguro Cedido	2019	2018
Provisão para prémios não adquiridos	1 517 246	1 313 582
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	10 142 103	7 640 228
Sinistros não declarados (ibnr)	6 310 742	5 154 272
	16 452 845	12 794 499
Total das provisões técnicas do resseguro cedido	17 970 091	14 108 081

4.2. Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- ⇒ Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- ⇒ Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- ⇒ Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- ⇒ Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- ⇒ Procedimentos de conferências casuísticas.

O nível de provisões para sinistros é acompanhado mensalmente, sendo feitas revisões trimestrais a todos os processos de sinistros, estando implementados modelos de avaliação estocásticos, de forma a colmatar alguma insuficiência de provisões.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho e provisão com custos de gestão com sinistros, pode ser analisada de seguida, através dos triângulos de custos com sinistros e respetivos pagamentos dos últimos 10 anos:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Estimativa inicial de custos com sinistros, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas, provisão para custos de gestão, IBNR e IBNER	21 691	31 823	26 307	14 091	13 569	14 759	16 900	18 275	24 388	27 887	35 428
Pagamentos Acumulados											
Um ano depois	24 437	24 779	28 887	21 713	11 218	11 227	11 592	15 990	18 106	27 015	
Dois anos depois	25 528	25 593	30 102	22 469	11 691	11 769	11 889	17 089	18 830		
Três anos depois	26 336	26 430	31 103	23 043	11 759	12 074	12 043	17 319			
Quatro anos depois	27 695	26 844	32 857	23 287	12 158	12 155	12 338				
Cinco anos depois	27 981	27 556	33 235	23 501	12 178	12 175					
Seis anos depois	29 006	27 777	33 384	23 547	12 224						
Sete anos depois	29 265	27 993	33 510	23 555							
Oito anos depois	29 316	28 112	33 594								
Nove anos depois	29 384	28 150									
Dez anos depois	29 421										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	27 545	35 957	24 227	13 179	13 815	14 167	17 801	19 816	27 908	32 369	
Dois anos depois	28 572	36 475	24 027	13 457	13 397	13 391	18 034	19 923	28 522		
Três anos depois	28 864	37 040	23 789	13 375	13 430	13 166	17 877	20 440			
Quatro anos depois	28 791	36 498	23 918	13 019	13 291	13 173	18 048				
Cinco anos depois	28 589	35 059	23 907	12 730	13 244	12 811					
Seis anos depois	28 486	34 502	23 749	12 827	13 261						
Sete anos depois	28 293	34 222	23 607	12 729							
Oito anos depois	28 319	33 986	23 592								
Nove anos depois	28 191	33 967									
Dez anos depois	28 219										
	-6 528	-2 145	2 715	1 362	308	1 949	-1 147	-2 165	-4 135	-4 481	

A Caravela pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. A estrutura de resseguro em 2019 é constituída por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas e Cobertura Catastrófica), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Doença	Fronting
IOD	Quota-parte
IOD (Catástrofes Naturais)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Marítimo e Transportes	Quota-parte
Mercadorias Transportadas	Quota-parte
RC - Geral	Excesso de perdas (XL)

4.3. Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- ⇒ Classe de ativo;
- ⇒ Tipo de emitente (forma jurídica);
- ⇒ Nível de *rating*;
- ⇒ Sector de atividade;
- ⇒ Zona geográfica;
- ⇒ Concentração por grupo emitente.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força da não autorização de investimento em moeda estrangeira expressa na política

de investimento. Indiretamente, por via da transparência dos fundos de investimentos detidos, verifica-se uma pequena exposição a moeda estrangeira, sendo o requisito de capital o seguinte:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2019	2018
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	8	5

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2019	2018
Choque em ações Tipo I	97	281
Choque em ações Tipo II	725	122

Risco de imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. A Companhia está exposta a este risco por via da aquisição de um imóvel de rendimento no decorrer de 2016, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2019	2018
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	308	308

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos - obrigações e depósitos a prazo e os passivos - provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

O cenário de subida de taxas de juro é, no final de 2019, mais prejudicial para a Companhia, tal como se verificava no final de 2018, como demonstrado no quadro seguinte:

Ativos		(milhares de euros)	
Cenários	Efeito nos ativos		
	2019	2018	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	34	242	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-3 102	-2 398	
Passivos		(milhares de euros)	
Cenários	Efeito nos passivos		
	2019	2018	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	377	484	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-1 711	-1 376	
	Δ NAV Down	343	243
	Δ NAV Up	1 391	1 022
	Mktint	1 391	1 022

Risco de *spread*

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e Depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

Rating	2019			2018		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	2%	4,8	28	1%	3,6	14
AA	23%	6,4	542	16%	4,8	265
A	41%	4,5	955	47%	4,4	915
BBB	34%	2,8	969	33%	4,3	1 137
BB	0%	0,0	0	0%	0,0	0
B	0%	0,0	0	2%	0,5	38
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Unrated	1%	0,5	8	1%	0,5	8
Total	100%	4,3	2 502	100%	4,3	2 376

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Atividade	2019			2018		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	4%	2 714	0	5%	2 386	0
Consumo - Cíclico	11%	7 424	0	13%	7 031	0
Consumo - Não Cíclico	5%	3 432	0	6%	3 347	0
Financeiro	20%	13 861	0	18%	9 598	0
Fundos	19%	12 997	0	4%	1 938	0
Governos	25%	17 370	0	35%	18 318	0
Serviços	13%	9 084	0	16%	8 488	0
Outro	4%	2 546	0	2%	1 234	0
Total	100%	69 428	0	100%	52 340	0

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emitente, é essencialmente composto por emitentes públicos. Analisando o quadro abaixo verifica-se que a exposição a dívida corporativa se encontra bastante dispersa não ultrapassando os 2%, para emitentes com rating A ou superior.

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2019			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBS	BBB	8 298	11,5%
Divida Pública Espanhola	OBS	A	3 053	5,7%
Divida Pública Belga	OBS	AA	2 579	4,8%
Banco Santander Central Hispano,	CPZ	BBB	2 002	3,7%
Divida Pública Irlandesa	OBS	A	1 272	2,4%
Agence Française Développement	OBS	AA	1 115	2,1%
Bnp Paribas - Banque National De	OBS	AA	985	1,8%
Procter & Gamble Company	OBS	AA	975	1,8%
Coca-Cola Co/The	OBS	A	965	1,8%
Allianz Finance II B.V.	OBS	AA	947	1,8%
Total			22 191	31%
Total Carteira Investimentos			72 279	100%

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2018			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBS	BBB	7 959	14,9%
Divida Pública Belga	OBS	AA	2 901	5,4%
Divida Pública Francesa	OBS	AA	2 711	5,1%
Divida Pública Irlandesa	OBS	A	2 407	4,5%
Divida Pública Espanhola	OBS	A	1 165	2,2%
Gdf Suez,	OBS	A	1 066	2,0%
National Australia Bank Limited	OBS	AA	787	1,5%
Bmw Finance Nv	OBS	A	741	1,4%
Credit Agricole Sa	OBS	A	722	1,3%
Bp Capital Markets Plc	OBS	A	629	1,2%
Total			21 089	39%
Total Carteira Investimentos			53 591	100%

Risco de liquidez

O risco de liquidez deriva da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

⇒ Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

⇒ Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos “*risk owners*”.

⇒ Identificação dos KRI¹ e planos de ação

O KRI¹ encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de *stress* no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

⇒ Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas;

⇒ Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;

⇒ Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

¹ *Key Risk Indicator*

A Companhia segue a definição e as matrizes de *COSO Report*².

A Caravela entende o termo “controlo interno” como um meio de:

- ⇒ Controlar os seus processos;
- ⇒ Otimizar as suas atividades;
- ⇒ Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- ⇒ Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- ⇒ Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- ⇒ Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- ⇒ Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- ⇒ Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- ⇒ E autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- ⇒ Campanha de autoavaliação;
- ⇒ Descrição das atividades de controlo;
- ⇒ Autoavaliação das atividades de controlo;
- ⇒ Planos de ação, se necessário;
- ⇒ Testes independentes;
- ⇒ Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);

² *Committee Of Sponsoring Organisation of the Treatway Commission*

⇒ Recomendação, se necessária.

4.4. Perdas por imparidade reconhecidas e revertidas relativamente a ativos de resseguro

Durante o período não foi necessário proceder ao reconhecimento de novas perdas por imparidade, pelo que o saldo anterior se manteve à data das demonstrações financeiras, e respeita ao seguinte ressegurador:

⇒ Folksam International Insurance 39.444 euros (anos de 2004 a 2009)

4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e das provisões

São periodicamente desenvolvidas análises aos rácios de sinistralidade e rentabilidade da carteira, segmentada por diversas variáveis, bem como outros estudos atuariais com vista a avaliar a adequação das tarifas praticadas.

É calculado, designadamente, o rácio agregado (divisão de todos os custos constantes da Conta Técnica pela totalidade das receitas detalhadas na mesma), relativamente a cada ramo. A suficiência ou insuficiência tarifária é aferida consoante este rácio seja inferior ou superior a 100%, completando-se o critério pela análise da constituição da Provisão para Riscos em Curso.

São igualmente desenvolvidas análises de sensibilidade à tarifa, bem como estudos comparativos com as práticas do mercado.

A análise de adequação das provisões técnicas é periodicamente efetuada, através de métodos determinísticos e estocásticos, para além de auditorias periódicas, designadamente pela análise casuística de processos de sinistro.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem redução do resseguro cedido

A provisão para sinistros no final do exercício é de 45.284.732 euros que se comparam com 39.380.392 euros em 2018.

O rácio de sinistralidade global da Companhia em 2019, calculado sobre os prémios brutos emitidos e antes de imputação de custos, foi de 60,5% (61,7% em 2018) e 63,3% após imputações (em 2018 foi de 64,9%):

Rádios de sinistralidade (por ramos)	2019	2018
Acidentes Trabalho	73,6%	71,8%
Acidentes Pessoais	36,1%	19,3%
Doença	0,0%	0,0%
Acidentes / Doença	71,3%	67,8%
Incêndio / Outros Danos	45,2%	75,1%
Automóvel	62,8%	65,2%
Restantes Ramos	57,3%	34,0%
Rácio de Sinistralidade (1)	63,3%	64,9%

(1) - Incluindo Custos Imputados à função Sinistros

O rácio combinado (incluindo resseguro) apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Análise aos resultados	2019	2018
Custos e gastos de exploração / Prémios adquiridos	26,0%	28,3%
Custos com sinistros / Prémios adquiridos	68,5%	67,7%
Rácio Combinado	94,5%	96,0%

4.7. Montantes recuperáveis relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados)

O valor referente a reembolsos de sinistros apresentava a seguinte decomposição no último dia dos anos de 2019 e 2018:

U:Euro

Tipo de reembolso	Valor a recuperar ano 2019	Valor a recuperar ano 2018
Inventários/Salvados	0	0
Out.Tomadores/Reembolsos de Sinistros	2 984 087	1 797 410
Out.Dev.Credores/Reembolsos de Sinistros	0	0

A Companhia considera que os valores de reembolsos são recuperáveis, pelo que concluiu não existir imparidade neste exercício, não tendo sido registada nenhuma perda.

5. Instrumentos financeiros (não inclui contratos de investimento)

O Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2019 é apresentado no Anexo 1, e do qual se apresenta o seguinte resumo:

		U:Euro
Instrumento financeiro	Valor Balanço	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
de emissores públicos		17 471 022
de outros emissores		38 019 030
Acções		493 767
Outros títulos de rendimento variável		12 997 393
Total		68 981 212

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros detidos pela Caravela são admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados e encontram-se mensurados ao seu justo valor, com exceção dos títulos “Prodis Thema Fund” e “Lehman”, que se encontram mensurados por 0,00€ e 10,00€, respetivamente, tendo para estes ativos sido reconhecidas imparidades por incumprimento dos emitentes, nos anos de 2010 e 2011.

No momento da aquisição, os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor (preço de aquisição) adicionado dos custos de transação.

Nas mensurações subsequentes esses ativos continuam a ser registados ao seu justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas no capital próprio, em “reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

No exercício de 2019 a Companhia reconheceu em capital próprio uma variação positiva de 707.393 euros (em 2018 o valor foi negativo de -681.945 euros) no justo valor das carteiras de investimentos, a qual se encontra registada na reserva de reavaliação.

Segmentação por classes

A política de investimentos da Companhia, detalhada no ponto 4 tem em conta o cumprimento das regras e dos limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a diversificação prudencial dos investimentos, visando a sua adequação às responsabilidades da Caravela, numa ótica de otimização do binómio risco/rentabilidade.

A estratégia e os critérios para gestão dos investimentos são anualmente estabelecidos pela Administração, procedendo-se à monitorização mensal do seu cumprimento bem como da

performance assim alcançada, com vista à adequação, a cada momento, da carteira de investimentos aos objetivos definidos.

As ações desenvolvidas durante o ano de 2019 adequaram a carteira de ativos financeiros à estrutura de reforçada prudência, em cumprimento do objetivo previamente delineado.

A composição dos instrumentos financeiros por classes é a seguinte:

U:Euro				
Instrumento financeiro	Justo Valor 2019	%	Justo Valor 2018	%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Ações, unidades participação e fundos investimento	13 491 160	19%	1 941 282	6%
Títulos de rendimento fixo	51 347 612	71%	45 981 958	93%
Títulos de rendimento variável	4 142 440	6%	4 165 119	93%
Instrumentos derivados	0	0%	0	0%
Depósitos em instituições de crédito	2 959 429	4%	1 250 826	1%
Outros empréstimos	451 557	1%	251 562	0%
Total	72 392 198	100%	53 590 747	100%

De acordo com as regras estabelecidas, os ativos financeiros da Caravela continuaram a ser maioritariamente investidos na Zona Euro, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

U: Euro				
Carteira títulos	Justo Valor 2019	%	Justo Valor 2018	%
Zona Euro	58 232 470	84%	41 308 706	79%
Portugal	9 897 785	14%	8 704 382	17%
Alemanha	2 888 420	4%	3 202 098	6%
Austria	899 620	1%	0	0%
Bélgica	3 015 445	4%	3 342 987	6%
Espanha	7 273 618	10%	4 111 997	8%
França	26 724 807	38%	14 437 257	28%
Irlanda	1 591 241	2%	2 712 315	5%
Itália	937 208	1%	927 580	2%
Luxemburgo	250 202	0%	202 621	0%
Países Baixos	1 071 744	2%	1 657 040	3%
Noruega	997 956	1%	385 332	1%
Reino Unido	2 075 307	3%	1 237 535	2%
Suécia	609 117	1%	387 562	1%
Fora Zona Euro	11 200 299	16%	11 031 214	21%
Total	69 432 769	100%	52 339 920	100%

O risco de liquidez em que a Companhia pode incorrer pelo facto de poder não dispor de todos os seus ativos financeiros no momento em que tenha de satisfazer os seus compromissos decorrentes dos contratos de seguro, é indicado nos quadros seguintes, referentes aos 2 últimos anos e relativos a investimentos no mercado obrigacionista:

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2019					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	416 812	5 117 347	639 208	11 297 656	17 471 022
Obrigações a taxa fixa	1 451 762	581 335	7 046 229	12 642 259	16 297 445	38 019 030
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
Total	1 451 762	998 147	12 163 576	13 281 467	27 595 100	55 490 052

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2018					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	0	2 994 384	6 214 033	9 210 764	18 419 181
Obrigações a taxa fixa	1 047 442	254 864	3 749 694	12 105 497	14 570 399	31 727 895
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
Total	1 047 442	254 864	6 744 078	18 319 530	23 781 163	50 147 076

O quadro seguinte evidencia a qualidade creditícia dos emitentes das obrigações, de acordo com os *ratings* definidos por entidades externas à data desta análise:

U:Euro

Obrigações por notação de rating	2019	%	2018	%
AAA	1 056 031	2%	752 543	2%
AA +	899 620	2%	529 005	1%
AA	3 002 648	5%	5 218 875	10%
AA -	9 265 534	17%	6 058 820	12%
A +	5 234 416	9%	4 450 271	9%
A	6 519 510	12%	7 437 786	15%
A -	9 977 857	18%	6 683 258	13%
BBB +	4 703 290	8%	6 199 447	12%
BBB	0	0%	4 144 841	8%
BB	13 055 989	24%	0	0%
BB +	0	0%	0	0%
BBB -	1 775 145	3%	8 672 222	17%
BB -	0	0%	0	0%
B +	0	0%	0	0%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
Total	55 490 052	100%	50 147 076	100%

A Companhia não efetuou operações em contratos de derivados nem utilizou operações de reporte nem de empréstimo de valores durante o ano.

O critério seguido pela Companhia para reconhecer títulos em imparidade, enunciado na nota 3.2.1., manteve-se o mesmo durante o presente exercício, sendo o seguinte:

⇒ Para instrumentos de capital a Companhia considera uma desvalorização continuada quando esta se verificar por mais de 180 dias, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 30% na respetiva cotação à data de balanço;

⇒ Para instrumentos de dívida a Companhia reconhece imparidade quando existe significativa dificuldade financeira do emitente tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

No encerramento do exercício de 2019 a segregação pelas respetivas categorias em 2019 e 2018 apresentou-se como segue:

 2019
 U: Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-407 973	-291 964
Total	792 387	10	-407 973	-384 404

 2018
 U: Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-407 973	-291 964
Total	792 387	10	-407 973	-384 404

Os ativos financeiros disponíveis para venda tinham a composição descrita na página seguinte, no final de cada um dos anos em comparação:

2019
U:Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	8 191 355	49 833	8 241 188		8 241 188		56 877	8 298 065,11
De emissores estrangeiros								
Espanha	3 562 854	24 919	3 587 772		3 587 772		-19 811	3 567 961,60
França	406 872	3 046	409 918		409 918		17 308	427 226,45
Alemanha	313 748	7 151	320 899		320 899		4 372	325 270,68
Bélgica	2 659 427	13 440	2 672 867		2 672 867		7 993	2 680 859,61
Irlanda	1 245 159	12 532	1 257 691		1 257 691		14 327	1 272 018,41
Austria	900 404	430	900 834		900 834		-1 214	899 620,33
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	37 264 791	228 059	37 492 850	-92 441	37 400 410		618 620	38 019 030
	54 544 609	339 411	54 884 020	-92 441	54 791 580	0	698 473	55 490 052
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 571	0	3 571		3 571			3 571
De emissores estrangeiros	490 196	0	490 196		490 196		0	490 196
	493 767	0	493 767	0	493 767	0	0	493 767
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	223 180	0	223 180		223 180			223 180
De não residentes	13 076 045	0	13 076 045	-291 964	12 784 081	0	-9 869	12 774 213
	13 299 225	0	13 299 225	-291 964	13 007 261	0	-9 869	12 997 393
Total	68 337 601	339 411	68 677 012	-384 404	68 292 608	0	688 604	68 981 212

2018
U:Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	7 777 716	44 891	7 822 607		7 822 607		136 406	7 959 012,61
De emissores estrangeiros								
Espanha	1 228 390	41 573	1 269 962		1 269 962		9 028	1 278 990,86
França	3 395 544	9 421	3 404 965		3 404 965		34 126	3 439 090,88
Alemanha	320 441	7 151	327 592		327 592		5 299	332 890,68
Bélgica	2 972 550	11 805	2 984 355		2 984 355		17 680	3 002 035,48
Irlanda	2 350 625	38 764	2 389 389		2 389 389		17 772	2 407 161,00
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	31 662 502	249 588	31 912 091	-92 441	31 819 650		-91 755	31 727 895
	49 707 769	403 193	50 110 962	-92 441	50 018 521	0	128 555	50 147 076
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 571	0	3 571		3 571			3 571
De emissores estrangeiros			0		0			0
	3 571	0	3 571	0	3 571	0	0	3 571
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	75 000	0	75 000		75 000			75 000
De não residentes	2 302 020	0	2 302 020	-291 964	2 010 056	0	-147 345	1 862 711
	2 377 020	0	2 377 020	-291 964	2 085 056	0	-147 345	1 937 711
Total	52 088 359	403 193	52 491 552	-384 404	52 107 148	0	-18 789	52 088 359

* - Inclui juros a receber

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Os valores em Caixa e em Depósitos à Ordem registados no balanço são em moeda corrente de euro e destinam-se a fazer face a pagamentos de tesouraria de curto prazo.

Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes, bem como os Depósitos à Ordem em instituições de crédito estão disponíveis para uso da Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica da demonstração da posição financeira apresenta a seguinte composição:

	U:Euro	
	2019	2018
Caixa e seus equivalentes		
Sede	200	200
Dependências	600	600
	800	800
Depósitos à ordem	2 266 911	2 094 216
	2 267 711	2 095 016

A reconciliação dos montantes apurados na Demonstração de Fluxos de Caixa com os itens equivalentes relatados na Demonstração da Posição Financeira apresenta a seguinte configuração:

	U:Euro	
	2019	2018
Numerário	800	800
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2 266 911	2 094 216
Outros depósitos bancários imediatos mobilizáveis *	2 850 907	1 674 818
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem - Demonstração Posição Financeira	5 118 617	3 769 834
Juro decorrido (a deduzir)	2 349	3 826
Caixa e seus equivalentes no fim do período - Demonstração Fluxos Caixa	5 116 268	3 766 008

* No ano de 2018 inclui o montante de depósitos em bancos de 423.992 euros na rubrica de outros depósitos da Demonstração da Posição Financeira.

7. Terrenos e edifícios

Conforme descrito na nota 3.3.1., a Companhia detém a propriedade do seguinte imóvel de rendimento, valorizado ao justo valor, nos termos da IAS 40:

2019
 Un: EUR

Imóvel	Valor Aquisição	Ano aquisição	Ano Venda	Valor Venda	Valor Líquido de Balanço
De rendimento					
Campo Vinha Braga	1 231 882	2016			1 231 882
Total	1 231 882			0	1 231 882

A Companhia considera que o valor deste imóvel se encontra ao justo valor de mercado à data do encerramento das contas do exercício de 2019.

8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os custos de reparação e manutenção não são capitalizados, sendo reconhecidos diretamente em resultados, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os movimentos registados em 2019 e 2018 foram os seguintes:

 2019
 U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Tangíveis									
Equipamento administrativo	244 293	244 293	4 599	0	5 094	0	4 599	5 094	0
Máquinas e ferramentas	221 407	210 246	7 180	0	94	0	7 127	94	11 214
Equipamento informático	370 477	280 674	76 539	0	14 018	0	71 836	12 928	93 415
Instalações interiores	0	0	2 989	0	0	0	1 336	0	1 653
Material de transporte	208 282	43 656	48 842	0	0	0	55 867	0	157 600
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	80 220	33 913	14 241	0	0	0	11 001	0	49 546
Locação Operacional	0	0	1 990 255	0	0	0	0	0	1 990 255
TOTAL	1 124 679	812 783	2 144 644	0	19 207	0	151 766	18 117	2 303 684

 2018
 U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Tangíveis									
Equipamento administrativo	242 736	242 736	5 552	0	3 995	0	5 552	3 995	0
Máquinas e ferramentas	210 253	200 528	17 102	0	146	0	9 865	146	16 963
Equipamento informático	352 762	253 700	28 757	0	16 844	0	43 818	16 844	84 000
Instalações interiores	13 179	13 179	0	0	13 179	0	0	13 179	0
Material de transporte	0	0	208 282	0	0	0	43 656	0	164 626
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	73 346	24 638	6 874	0	0	0	9 275	0	46 307
TOTAL	892 276	734 780	266 567	0	34 164	0	112 167	34 164	311 896

9. Afetação dos investimentos e outros ativos

A Companhia afetou os seus investimentos e outros ativos unicamente a contratos de seguro, nos anos de 2019 e 2018 da forma que segue:

2019	
U:Euro	
INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	2 267 711
Terrenos e edifícios	1 231 882
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	68 981 212
Empréstimos e contas a receber	3 297 448
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	2 303 684
Outros activos intangíveis	2 179 835
TOTAL	80 261 771

2018	
U:Euro	
INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	2 095 016
Terrenos e edifícios	1 231 882
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	52 088 359
Empréstimos e contas a receber	1 926 380
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	311 896
Outros activos intangíveis	1 422 761
TOTAL	59 076 294

10. Ativos Intangíveis

Esta rubrica integra o investimento em *software*, que é amortizado em 3 anos pelo método das quotas constantes, bem como os direitos de concessão por 10 anos das marcas nacionais “Netagentes”, “Protegemos o Seu Futuro”, “Caravela Seguros” e “Caravela”, no valor global de 4.414 euros, incluído na rubrica de outros ativos intangíveis.

Para as aquisições de *software* ocorridas a partir do exercício de 2015, foi estabelecida a utilização do método de amortização pelo período máximo de vida útil de 6 anos.

Estes ativos estão valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas e dentro dos limites das taxas em vigor, sendo que os custos incorridos com a manutenção posterior do *software* são reconhecidos em resultados, não sendo por isso capitalizados.

Os movimentos registados em 2019 e 2018 foram os seguintes:

2019
U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com aplic. informáticas	1 327 261	1 197 826	93 727	0	0	0	64 152	0	159 010
Activos Intangíveis em curso	1 290 515	0	771 555	0	43 665	0	0	0	2 018 405
Outros	4 414	1 603	0	0	0	0	391	0	2 421
TOTAL	2 622 190	1 199 428	865 282	0	43 665	0	64 543	0	2 179 835

2018
U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com aplic. informáticas	1 319 456	1 156 637	7 804	0	0	0	41 189	0	129 435
Activos Intangíveis em curso	204 304	0	1 086 211	0	0	0	0	0	1 290 515
Outros	3 909	1 212	505	0	0	0	391	0	2 812
TOTAL	1 527 669	1 157 848	1 094 520	0	0	0	41 580	0	1 422 761

A rubrica “ativos intangíveis em curso”, no montante de 2.018.405 euros, é referente a pagamentos efetuados até à data, respeitantes ao desenvolvimento de novas aplicações informáticas, no âmbito do Projeto Digital 2020, no valor de 1.870.107 euros, e ao início do Projeto Douro, no valor de 148.208 euros.

O Projeto Digital 2020 visa dotar a Companhia dos mais avançados meios de funcionamento digital, de forma a tornar a Caravela numa seguradora totalmente digital, encontrando-se em fase de conclusão e que será implementado durante o ano de 2020.

O Projeto Douro é um projeto de desenvolvimento global da Caravela, em termos de informatização total e criação de novas linhas de negócio e maior expansão das existentes.

11. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respetivas sub-contas

U:Euro

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<u>Ajustamentos de Recibos por Cobrar</u>				
Outros Tomadores de seguros				
- Acidentes de Trabalho	45 871	122 169	129 741	38 299
- Acid.Pessoais e P.Transportadas	23 051	18 001	31 048	10 003
- Incêndio e Outros Danos	2 603	7 520	6 050	4 074
- Automóvel	35 464	78 675	49 358	64 781
- Marítimo e Transportes	0	123	122	1
- Mercadorias Transportadas	1 959	3 305	2 953	2 311
- Responsabilidade Civil Geral	2 087	10 944	8 036	4 995
- Protecção Jurídica	186	436	276	346
- Assistência	4 255	10 935	6 520	8 670
Sub-total	115 476	252 109	234 104	133 481
<u>Ajustam. de Créditos de Cobr Duvidosa</u>				
Mediadores de Seguros	137 779	0	31 752	106 027
Resseguradores	39 444	0	0	39 444
Outros Devedores	69 917	0	0	69 917
Sub-total	247 141	0	31 752	215 389
<u>Outras Provisões</u>	0	0	0	0
Sub-total	0	0	0	0
Total	362 617	252 109	265 856	348 870

12. Prémios de contratos de seguro

A composição dos prémios reconhecidos no exercício resultantes de contratos de seguro, e de outros valores consta do anexo 4.

Por outro lado, os prémios adquiridos líquidos de resseguro podem ser analisados no quadro seguinte:

U:Euro

	2019	2018	Varição 2019/2018
Prémios brutos emitidos	76 436 663	59 495 379	28,47%
Prémios de resseguro cedido	-16 055 231	-13 725 025	
Varição da provisão para prémios não adquiridos brutos	-4 373 988	-3 893 728	
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro	92 435	378 517	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	56 099 880	42 255 143	32,76%

13. Rendimentos/réditos de investimentos

O rendimento das ações é contabilizado na rubrica de “rendimentos de investimentos” no momento do recebimento dos dividendos atribuídos.

Relativamente aos juros das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são igualmente reconhecidos nas rubricas de “rendimentos de investimentos”, procedendo-se à sua especialização no final do exercício com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período correspondente (juro decorrido).

Os rendimentos reconhecidos no ano e no ano anterior, por categoria de investimentos, foram os seguintes:

U:Euro

Categoria de Investimento	Rendimentos em 2019		Rendimentos em 2018	
		%		%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Acções e outros títulos de rendimento variável	7 112	2%	10 580	2%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	348 908	79%	389 955	80%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	76 200	17%	77 400	16%
Empréstimos concedidos	8 480	2%	7 500	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	3 471	1%	3 852	1%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	0	0%	11	0%
Total dos rendimentos	444 170	100%	489 298	100%

14. Ganhos e perdas em investimentos

O resultado dos ganhos e perdas financeiras reconhecidos no exercício e no exercício anterior foram os seguintes:

2019
U:Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	1 810	-24 286	-22 476
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	722 403	-41 040	681 362
Total	724 213	-65 326	658 886

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	2018
			U:Euro
Acções e outros títulos de rendimento variável	37 116	-7 280	29 837
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	294 673	-885	293 788
Total	331 790	-8 165	323 625

15. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Não houve lugar ao registo neste exercício ao reconhecimento ou reversão de imparidades.

16. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Não foi reconhecido qualquer ganho/perda de valor em 2019 dado que os investimentos financeiros da Companhia são expressos em moeda “euro”, na sua totalidade.

17. Gastos diversos por função e natureza

A Companhia suportou nos anos de 2019 e 2018 os seguintes custos e gastos de exploração para aquisição de contratos de seguro:

Custos e Gastos de Exploração	Remunerações de mediação		Imputação		Total		Var.Total 2019/2018	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	Valor	%
	Custos de aquisição	8 825 597	7 173 567	6 836 903	5 357 017	15 662 500	12 530 584	3 131 917
Gastos administrativos	1 054 533	823 127	1 792 406	1 593 100	2 846 940	2 416 227	430 713	17,83%
Variação dos custos de aquisição diferidos	-918 743	-1 078 158			-918 743	-1 078 158	159 415	-14,79%
Total	8 961 387	6 918 536	8 629 310	6 950 117	17 590 697	13 868 653	3 722 045	26,84%

Os gastos são inicialmente registados por natureza e, posteriormente, imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas e os critérios de imputação em vigor na Companhia, respetivamente em função do número de sinistros, do montante dos prémios brutos respeitantes à nova produção registada no ano, dos prémios brutos emitidos líquidos de anulações e estornos e dos custos com investimentos afetos às provisões técnicas, bem como das pessoas afetas a cada função.

Os custos e gastos por natureza imputados nos exercícios de 2019 e 2018 às diversas funções foram os seguintes:

2019
 U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	5 992 443	1 114 594	3 817 186	1 000 738	59 924	5 992 443
Fornecimentos e serviços externos	3 563 195	662 754	2 269 755	595 054	35 632	3 563 195
Impostos e taxas	589 901	234 028	278 490	73 011	4 372	589 901
Depreciações e amortizações do exercício	651 948	121 262	415 291	108 875	6 519	651 948
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	29 147	5 421	18 566	4 868	291	29 147
Comissões	224 415	10 983	37 614	9 861	165 957	224 415
Total	11 051 050	2 149 044	6 836 903	1 792 406	272 696	11 051 050
		19%	62%	16%	2%	100%

 2018
 U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	5 243 700	1 033 009	3 209 144	954 353	47 193	5 243 700
Fornecimentos e serviços externos	2 993 351	589 690	1 831 931	544 790	26 940	2 993 351
Impostos e taxas	528 798	261 139	203 994	60 665	3 000	528 798
Depreciações e amortizações do exercício	153 747	30 288	94 093	27 982	1 384	153 747
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	3 100	611	1 897	564	28	3 100
Comissões	163 424	5 137	15 958	4 746	137 584	163 424
Total	9 086 119	1 919 874	5 357 017	1 593 100	216 129	9 086 119
		21%	59%	18%	2%	100%

A variação, entre 2019 e 2018 da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” foi a seguinte:

U: Euro

Rubrica	2019	%	2018	%	2019/ 2018
Electricidade	26 713	0,7%	29 725	1,0%	-10,1%
Combustíveis	98 462	2,8%	89 637	3,0%	9,8%
Água	4 117	0,1%	4 153	0,1%	-0,9%
Impressos	50 690	1,4%	47 103	1,6%	7,6%
Material de escritório	20 133	0,6%	28 445	1,0%	-29,2%
Livros e documentação técnica	3 672	0,1%	2 449	0,1%	49,9%
Artigos para oferta	59 149	1,7%	8 559	0,3%	591,1%
Conservação e reparação	78 662	2,2%	65 408	2,2%	20,3%
Rendas e alugueres	89 711	2,5%	525 601	17,6%	-82,9%
Despesas de representação	128 556	3,6%	93 855	3,1%	37,0%
Comunicação	472 787	13,3%	467 857	15,6%	1,1%
Deslocações e estadas	131 100	3,7%	117 746	3,9%	11,3%
Seguros	57 520	1,6%	43 064	1,4%	33,6%
Gastos com trabalho independente	245 689	6,9%	165 053	5,5%	48,9%
Publicidade e propaganda	387 997	10,9%	120 775	4,0%	221,3%
Limpeza, higiene e conforto	35 509	1,0%	32 322	1,1%	9,9%
Contencioso e notariado	1 180	0,0%	4 922	0,2%	-76,0%
Trabalhos especializados	1 377 469	38,7%	914 606	30,6%	50,6%
Quotizações (da actividade)	57 674	1,6%	45 924	1,5%	25,6%
Refeições no local de trabalho	6 173	0,2%	5 934	0,2%	4,0%
Gastos com cobrança de prémios	139 566	3,9%	102 357	3,4%	36,4%
Outros fornecimentos e serviços	90 663	2,5%	77 856	2,6%	16,4%
Total	3 563 195	100%	2 993 351	100%	19,0%

A diminuição de 436.000 euros na rubrica de rendas e alugueres resultou da reclassificação dos gastos com os contratos de leasing operacional no âmbito da adoção da IFRS 16 neste exercício, tal como referido anteriormente na nota 3.8.6.

O aumento de 267.000 euros em gastos com publicidade e propaganda resulta das diversas campanhas publicitárias levadas a cabo durante o ano, nomeadamente a “Campanha de Verão”, na divulgação da imagem da Caravela pelo país.

18. Gastos com pessoal

Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais

Conforme o Acordo de Empresa (AE 2018), o número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2019 foi de 117, que compara com 108 em 2018, sendo de 120 o número absoluto em 31 de dezembro de 2019, mais oito Colaboradores do que no ano de 2018, que eram 112.

MÉDIA ANO		TOTAL ANO	
AE 2018		AE 2018	
Diretor	1	Diretor	1
Gestor Técnico	12	Gestor Técnico	12
Gestor Comercial	4	Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	2	Gestor Operacional	2
Técnico	10	Técnico	10
Coordenador Operacional	20	Coordenador Operacional	21
Especialista Operacional	65	Especialista Operacional	67
Auxiliar Geral	2	Auxiliar Geral	2
Assistente Operacional	1	Assistente Operacional	1
MÉDIA ANO	117	TOTAL ANO	120

Despesas com o pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal totalizaram 5.992.443 euros no exercício, que se comparam com 5.243.700 euros em 2018, correspondendo a um aumento de 14,3% em relação ao ano anterior, e incluem a contabilização no exercício do montante de 31.284 euros, correspondente ao encargo com o pagamento do prémio de permanência, nos termos enunciados na nota 3.6.

De referir que a contribuição adicional do exercício, efetuada para o Plano Individual de Reforma (PIR), foi no montante de 70.230 euros, quando em 2018 havia sido de 51.306 euros, conforme mencionado no ponto seguinte.

Estas despesas tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

U: Euro				
Contas	Rubricas	2019	2018	2019/2018
	Gastos com Pessoal			
6800	Remunerações dos órgãos sociais	786 413	628 361	25,15%
6801	Remunerações do pessoal	3 782 468	3 379 608	11,92%
6802	Encargos sobre remunerações	1 041 551	880 954	18,23%
6803	Benefícios pós-emprego	70 230	51 306	36,88%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	31 284	13 488	131,95%
6805	Benefícios de cessação de emprego	0	0	0,00%
6806	Seguros obrigatórios	135 042	122 560	10,18%
6807	Gastos de acção social	73 328	80 809	-9,26%
6808	Outros gastos com o pessoal	72 127	86 614	-16,73%
	TOTAL	5 992 443	5 243 700	14,28%

Em complemento da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e de Fiscalização, não se registam quaisquer outros compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados, para além de um ex-administrador que, está abrangido pelo “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano de Pensões de Benefício Definido” referido na nota seguinte.

19. Obrigações com benefícios dos empregados

A) Plano de Pensões de Benefício Definido:

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que então não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir era definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformassem na atividade seguradora.

Este plano passou a abranger apenas um participante reformado por velhice, conforme quadro seguinte, tendo sido transferidos os restantes três colaboradores no ativo que integravam este plano para o Plano de Pensões de Contribuição Definida, conforme referido anteriormente na nota 3.6.

Com a passagem da população ativa deste Plano de Benefício Definido para o Plano de Contribuição Definida, as responsabilidades da Companhia associadas a este plano foram extintas.

POPULAÇÃO REFORMADA	
Número de beneficiários	1
Idade Média	74
Pensão/ Prestação Média Anual (€)	3.763

B) Plano de Pensões de Contribuição Definida:

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) que teve início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas no Anexo V do Acordo de Empresa 2019, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, tendo a contribuição no ano de 2019 sido no montante de 70.230 euros.

O valor das contribuições está garantido à data da liquidação do benefício.

As responsabilidades da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

PRESSUPOSTOS	
Tábua de mortalidade	GRF95
Taxa Técnica	1,0%
Encargos	0,5%

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participantes	88
Idade Média	44,9
Salário Médio Anual (€)	19.155
Antiguidade Média Empresa (anos)	16

RESULTADOS		U: Euro
Valor das Responsabilidades em 31.12.2019	226.951	
Valor do Fundo em 31.12.2019	274.280	
Rácio de Financiamento	120,85%	

20. Imposto sobre o rendimento

Imposto corrente

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declarações de autoliquidação da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas fiscais vigentes, ficando sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Tributária durante o período de doze anos aos exercícios de 2014 a 2016 e a cinco anos aos exercícios de 2017 e seguintes.

As contas da Companhia dos exercícios de 2012 e 2013 foram sujeitas a inspeção pela Autoridade Tributária no ano de 2017, e as contas do exercício de 2014 foram inspecionadas no ano de 2018, tendo as inspeções sido concluídas sem que se tenha registado pagamento adicional significativo de imposto.

Não se verificou qualquer inspeção da Autoridade Tributária durante o exercício de 2019.

Imposto diferido

Os impostos diferidos foram calculados tendo por base as diferenças temporárias que existem entre alguns valores ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

A Companhia estimou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2013 e 2014, tendo efetuado o apuramento de imposto diferido ativo no exercício de 2014, dada a elevada probabilidade que foi

estimada pela Administração, e que se mantém nesta data, da sua recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido.

No presente exercício foi ajustado o imposto diferido ativo no montante de -274.379 euros, respeitante ao “desreconhecimento” do prejuízo fiscal de 2013, que fora contabilizado no ano de 2014, por já ter sido recuperado.

Apresentam-se de seguinte os ativos e passivos por impostos correntes e diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	U: Euro	
	2019	2018
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento (entregas por conta)	187 035	272 381
Imposto sobre o Rendimento (retenções efetuadas por terceiros)	19 367	39 822
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a favor Companhia)	4 981	0
Imposto de Selo (processado)	8 730	0
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil (processado)	5 125	481
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho (processado)	51 739	16 268
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel (processado)	7 506	2 129
Contribuições para a Segurança Social (a favor Companhia)	24 371	12 915
	308 854	343 996
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar	-141 701	-404 974
Retenção de Impostos na Fonte	-102 180	-95 253
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-20 709	-9 634
Imposto de Selo	-639 876	-487 038
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil	-49 818	-41 508
Taxa para o Instituto Nacional de Emergência Médica	-175 468	-136 069
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	-781 517	-619 819
Taxa para o Instituto de Seguros Portugal	-94 894	-75 606
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	-187 004	-143 740
Cartas Verdes	-21 492	-16 320
Contribuições para a Segurança Social	-114 492	-100 578
Tributos das Autarquias	-1 934	-2 417
	-2 331 084	-2 132 955
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	86 491	90 719
Por prejuízos fiscais	803 226	1 077 605
	889 717	1 168 324
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	-154 936	0
	-154 936	0
Total	-1 287 450	-620 635

Nos termos do artigo 21º do DL nº. 441/1991 e do DL nº. 534/1980, a Companhia apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

21. Capital

O capital social subscrito da Caravela era, em 31 de dezembro de 2019, 44.566.315 euros, estando representado por 79.056.677 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

Tal com mencionado na nota 1, teve lugar neste exercício de 2019 um aumento de capital no montante de 30.000.000 euros, mediante a emissão de 37.947.205 novas ações, tendo sido realizado o montante de 10.000.000 euros no dia 27 de dezembro de 2019, sendo que a realização dos restantes 20.000.000 euros irá ocorrer, em partes iguais, no mês de dezembro dos anos de 2020 e 2021.

Nos termos do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), o montante de 20.000.000 euros de capital não realizado foi deduzido ao capital próprio, não constando como ativo da Companhia na Posição da Demonstração Financeira em 31 de dezembro de 2019.

A composição do capital social subscrito era, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a seguinte:

NOME	BENEFICIÁRIO EFETIVO	N.º AÇÕES 2019	% CAPITAL SOCIAL 2019	N.º AÇÕES 2018	% CAPITAL SOCIAL 2018
TPIF Douro BidCo, S.à R.L.	Martin Brian Hughes	37 947 205	48,00%		
INTERNATIONAL TRADE WINDS HOLDING LTD	Mário Nuno dos Santos Ferreira	5 533 967	7,00%	3 288 760	8,00%
NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO LDA	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas	5 533 967	7,00%	3 288 760	8,00%
VIOLAS SGPS SA	Manuel Soares de Oliveira Violas Rita Celeste Soares Violas e Sá	5 533 967	7,00%	3 288 760	8,00%
ANCORAS DE JUPITER UNIPessoal, LDA	Luís Filipe Sampaio Cervantes	3 288 760	4,16%	3 288 760	8,00%
IBG - HOLDING, LTD	Isabel Maria Araujo Rodrigues de Sá	3 288 760	4,16%	3 288 760	8,00%
MONSEUL UNIPessoal LDA	Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado	2 156 279	2,73%	3 288 760	8,00%
SUSTENTÁVELEXITO, UNIPessoal, LDA	Fernando José Lopes de Araújo	2 156 279	2,73%	3 288 760	8,00%
DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPessoal LDA	António Ferreira da Silva	2 055 475	2,60%	2 055 475	5,00%
BLUE WAVE SGPS SA	António Manuel Nestor Ribeiro	1 541 606	1,95%	1 541 606	3,75%
FEMACOSA, UNIPessoal LDA	Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos	1 541 606	1,95%	1 541 606	3,75%
TLCI 2 – SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	António Jorge Pereira Martins João Pedro de Freitas Pereira Martins Guilherme Pereira Martins	1 233 286	1,56%	3 288 760	8,00%
GOL HEALTH, LDA	Antonio Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira Carlos Manuel Ribeiro de Sousa Carlos Alberto Fernandes Barbosa	1 233 285	1,56%	2 055 475	5,00%
IMOMINIUS	José Manuel Capa Pereira	1 233 285	1,56%		
IMPACTO MAGNÉTICO, UNIPessoal, LDA	Inácio da Silva Sousa	1 233 257	1,56%	1 644 352	4,00%
Manuel Salgueiro Rodrigues	O próprio	822 190	1,04%	1 644 380	4,00%
Gilberto Almeida Romeiro	O próprio	770 803	0,98%	1 027 738	2,50%
DIVAD LDA	Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David Mário Henrique de Almeida Santos David	411 095	0,52%	1 233 285	3,00%
Francisco José Pereira Gonçalves	O próprio	411 095	0,52%	411 095	1,00%
GOBGEST LDA.	Jorge Filipe Araújo Pontes	411 095	0,52%		
José António Carvalho Pereira	O próprio	308 321	0,39%	411 095	1,00%
Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró	O próprio	205 547	0,26%	411 095	1,00%
TCO INVESTIMENTOS - SGPS LDA	Carlos Alberto da Cunha Oliveira	205 547	0,26%		
Carlos Alberto da Cunha Oliveira	O próprio			411 095	1,00%
Jorge Filipe Araújo Pontes	O próprio			411 095	1,00%
TOTAL		79 056 677	100,00%	41 109 472	100,00%

No quadro seguinte, pode-se analisar a composição do capital próprio da Caravela no final dos exercícios em análise - 2019 e 2018:

Capital Próprio	U: Euro	
	2019	2018
Capital Social ¹	24 388 315	19 566 102
Reservas de Reavaliação	688 604	-18 789
Reserva por impostos diferidos	-154 936	4 227
Outras Reservas		
Reserva Legal	1 599 553	1 293 200
Reservas Livres	704 806	1 370 635
Resultados Transitados	940 793	-5 843 616
Resultado do Exercício	4 219 965	3 063 529
	32 387 100	19 435 288

¹ O capital social foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro, para 44.388.315,20 euros, tendo em 27 de dezembro sido realizada a 1ª prestação no valor de 10.000.000,00 euros.

Assim, a situação em 31 de dezembro de 2019 era:

- ⇒ Capital social subscrito: 44.388.315,20 euros;
- ⇒ Capital social realizado: 24.388.315,20 euros;
- ⇒ Capital social a realizar em 2021 e 2022: 20.000.000,00 euros.

Nos quadros seguintes analisa-se a rubrica de “Resultados transitados”:

Resultados Transitados	2019 U: Euro	
	Débito	Crédito
Balanço em 31-12-2018	5 843 616	
Resultado Líquido do Exercício de 2018		3 063 529
Transferência para Reserva Legal	306 353	
Redução Capital Social		5 843 616
Distribuição de dividendos	1 500 000	
Reversão Imp.Diferido Prej.Fiscal 2013	274 379	
Adoção da IFRS 16 (data de transição)	42 004	
	7 966 352	8 907 145
Balanço em 31-12-2019		940 793

Resultados Transitados	2018 U: Euro	
	Débito	Crédito
Balanço em 31-12-2017	7 151 955	
Resultado Líquido do Exercício de 2017		1 453 710
Transferência para Reserva Legal	145 371	
	7 297 326	1 453 710
Balanço em 31-12-2018	5 843 616	

A Caravela procedeu à distribuição de parte do lucro do exercício de 2018 aos seus Acionistas, em abril de 2019, através do pagamento de dividendos no montante de 1.500.000 euros.

22. Reservas

Os movimentos das diversas reservas registadas no capital próprio em 2019 foram os que se apresentam na seguinte Demonstração de Variações no Capital Próprio:

		2019						
		U: Euro						
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Demonstração da Posição Financeira a 31-12-2018	19 566 102	-18 789	4 228	1 293 200	1 370 635	-5 843 616	3 063 529	19 435 288
Aumentos/reduções de capital	4 822 213				-665 829	5 843 616		10 000 000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		707 393						707 393
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			-159 163			-274 379		-433 543
Aumentos de reservas por aplicação de resultados				306 353			-306 353	0
Distribuição de lucros							-1 500 000	-1 500 000
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio						-42 004		-42 004
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						1 257 176	-1 257 176	0
Total das variações do capital próprio	4 822 213	707 393	-159 163	306 353	-665 829	6 784 409	-3 063 529	8 731 847
Resultado líquido do período							4 219 965	4 219 965
Demonstração da Posição Financeira a 31-12-2019	24 388 315	688 604	-154 936	1 599 553	704 806	940 793	4 219 965	32 387 100

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores, não tendo relevância em ganhos e perdas até ao momento da alienação dos bens, em que o respetivo saldo é reconhecido em resultados, ou directamente em capital próprio.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2019 e 2018 era a que se segue:

		2019		
		U: Euro		
	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Ativos disponíveis para venda	68 981 214	-384 404	69 285 414	688 604
				688 604

		2018		
		U: Euro		
	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Ativos disponíveis para venda	52 088 359	-384 404	51 685 166	-18 789
				-18 789

Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social.

Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 306.353 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo remonta ao exercício de 2008 por transferência da parte do lucro de 2007 não afeto à reserva legal.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Analisa-se de seguida a variação desta reserva no fecho dos exercícios de 2019 e 2018:

	2019			
	U: Euro			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ativos disponíveis para venda	4 228	0	-159 163	-154 936
	4 228	0	-159 163	-154 936

	2018			
	U: Euro			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ativos disponíveis para venda	-149 210	153 438	0	4 228
	-149 210	153 438	0	4 228

23. Transações entre partes relacionadas

No exercício de 2019 foram faturados pela Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., os honorários seguintes:

U: Euro	
Descrição dos Honorários MAZARS	Valor
Solvência II	18 450
Revisão Oficial Contas	61 500
TOTAL	79 950

24. Demonstração de fluxos de caixa

Esta demonstração foi elaborada pelo método direto e é apresentada no Relatório e Contas, conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

25. Compromissos

A Caravela detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamento de transporte.

O detalhe em 31 de dezembro de 2019, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional, é referido no quadro seguinte:

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor máximo a pagar (€)
2020	2	1 509
2021	14	88 596
2022	16	179 925
Total	32	270 030

O detalhe em 31 de dezembro de 2019, relativo a contratos de locação financeira era como segue:

U: Euro				
Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Nº de Contrato	Valor a pagar Juros	Valor a pagar Capital
2023	1	1860027000	1 325	48 002
2023	1	1860023400	1 321	47 853
2023	1	141337	5 015	47 508
Total			7 662	143 362

26. Provisões e Passivos contingentes

A Companhia não considerou necessário a constituição de provisões para fazer face a pagamentos futuros, na medida em que não considera provável que tal venha a acontecer.

Não existem passivos contingentes a divulgar, à data das Demonstrações Financeiras.

27. Acontecimentos após a data do Balanço não descritos em pontos anteriores

Não se verificaram acontecimentos relevantes a registar após a data do Balanço.

Lisboa, 02 de março de 2020

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Anexo 1 – Inventário de Participações Financeiras e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2019

U: Euro

Código	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
							Unitário *	Total *
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS								
	total	0				0,00		0,00
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos Nacionais								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 - Acções								
	MOBILITY 24	3 571	3 571	100,00%	1,00	3 571	1,00	3 571
	sub-total	3 571	3 571			3 571		3 571
2.1.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTAPPAIM0000	EAST WEST VC - FUNDO CAP.RISCO	223	223 180	100,00%	1,00	223 180	1,00	223 180
PTCRVRIM0009	CAPITAL CRIATIVO IV	10	488 628	100,00%	1,00	488 628	1,00	488 628
	sub-total	233	711 808			711 808		711 808
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTEXOE0024	ETAT PORTUGAL 1.95%/ 15-06-2029	2 000	2 000 000	114,07%	1,14	2 281 480	1,15	2 301 605
PTOTEVOE0018	ETAT PORTUGAL 2.125%/ 17-10-2028	1 000	1 000 000	115,79%	1,16	1 157 900	1,15	1 154 955
PTOTEYOE0007	PORTUGAL GOVT 3.85% /15-04-2021	400	400 000	112,38%	1,12	449 528	1,08	433 820
PTOTEAOE0021	PORTUGAL GOVT 4.95% /25-10-2023	220	220 000	122,67%	1,23	269 863	1,21	265 246
PTOTVLOE0001	ETAT PORTUGAL EUR6M+110 2022/12/05	2 000	2 000 000	103,34%	1,03	2 066 800	1,03	2 061 789
PTOTVIOE0006	ETAT PORTUGAL EUR6M+200 2021/11/30	1 000	1 000 000	105,40%	1,05	1 054 000	1,04	1 040 422
PTOTVHOE0007	ETAT PORTUGAL EUR6M+205 2021/08/12	1 000	1 000 000	105,65%	1,06	1 056 500	1,04	1 040 229
	sub-total	7 620	7 620 000			8 336 071		8 298 065
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBSSJOM0014	BRISA 2%/ 22-03-2023	100	100 000	99,77%	1,00	99 774	1 078,66	107 062
	sub-total	100	100 000			99 774		107 062
	total	7 956	8 435 379			9 151 224		9 120 506
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Acções								
	CA Life	451	450 759	100,00%	1,00	490 196	1,09	490 196
	sub-total	451	450 759			490 196		490 196
2.2.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE0030487957	PRODIS THEMA FUND	4 382	4 382		66,63	291 964	0	0
LU1274528147	SSP M - (PNI) EURO EQUITY CLASS O	21	21		11 355,22	238 460	11 914,39	250 202
FR0000011066	OFI BOND ALLOCATION PART I	125	125		3 975,72	495 963	3 803,21	474 442
FR0011381227	OFI RS MONETAIRE IC	115	115		100 530,70	11 561 031	100 529,91	11 560 940
	sub-total	4 643	4 643			12 587 417		12 285 584
2.2.1.4 - Outros								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
XS2024602240	AUTOBAHN SCHNELL 0.1%/ 09-07-2029	900	900 000	100,05%	1,00	900 423	999,58	899 620
BE0000318270	BELGIUM GOVT 3.75% /28-09-2020	400	400 000	117,61%	1,18	470 420	1 042,03	416 812
BE0000347568	ETAT BELGIQUE 0.9%/ 22-06-2029	2 000	2 000 000	107,83%	1,08	2 156 500	1 081,32	2 162 643
ES0000012888	ETAT ESPAGNE 1.4%/ 30-07-2028	2 000	2 000 000	109,43%	1,09	2 188 520,00	1 093,99	2 187 981
ES00000123X3	ETAT ESPAGNE 4.4%/ 31/10/2023	130	130 000	126,81%	1,27	164 853,00	1 182,63	153 742
IE00BH3SQ895	ETAT IRLANDE 1.1%/ 15-05-2029	1 000	1 000 000	108,61%	1,09	1 086 090	1 098,41	1 098 413
IE00B4TV0D44	ETAT IRLANDE 5.4%/ 13-03-2025	130	130 000	142,40%	1,42	185 120	1 335,43	173 606
DE000A1K0UG6	KFW 2.5% /17-01-2022	300	300 000	113,52%	1,14	340 545	1 084,24	325 271
	sub-total	6 860	6 860 000			7 492 471		7 418 088,25
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
XS1623360028	DEXIA CREDIT LOCAL FRANCE 0.25%/ 02-06-2021	100	100 000	99,69%	1,00	99 688	1 014,05	101 405
FR0013183167	ILE DE FRANCE 0.5%/ 14-06-2025	200	200 000	97,54%	0,98	195 086	1 035,03	207 006
FR0011512193	ILE DE FRANCE 2.25% / 10-06-2023	200	200 000	110,91%	1,11	221 810	1 101,10	220 220
ES0000101693	MADRID 1.189%/ 08-05-2022	110	110 000	104,05%	1,04	114 455,00	1 040,10	114 411
ES0000101818	MADRID 2.146%/ 34-04-2027	350	350 000	115,19%	1,15	403 179,00	1 143,07	400 073
ES0000106619	PAYS BASQUE 1.450%/ 30-04-2028	650	650 000	111,41%	1,11	724 132,50	1 095,01	711 754
	sub-total	1 610	1 610 000			1 758 351		1 754 863,11

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
2.2.2.3 - De outros emissores								
XS1136406342	3M 1.5%/ 09-11-2026	500	500 000	109,29%	1,09	546 435	1 090,93	545 466
ES0200002022	ADIF AV 0.8%/ 05-07-2023	200	200 000	99,74%	1,00	199 488	1 031,51	206 303
ES0200002048	ADIF AV 0.950%/ 30-04-2027	200	200 000	99,85%	1,00	199 692	1 045,09	209 018
ES0200002014	ADIF AV 1.875%/ 22-09-2022	100	100 000	103,35%	1,03	103 350	1 058,62	105 862
FR0013302197	ADP 1%/ 13-12-2027	700	700 000	106,68%	1,07	746 782	1 056,79	739 754
XS1529854793	AEON 1%/ 08-12-2023	200	200 000	100,45%	1,00	200 900	1 035,63	207 126
FR0013431137	AFD 0.25%/ 29-06-2029	600	600 000	100,63%	1,01	603 780	996,54	597 926
XS0745896000	AFD 3.75%/ 15-02-2027	400	400 000	126,57%	1,27	506 272	1 291,87	516 750
DE000A1954V6	ALLIANZ FIN II 0.875%/ 06-12-2027	900	900 000	105,84%	1,06	952 560	1 052,00	946 798
XS1878191052	AMADEUS IT 0.875%/ 18-09-2023	400	400 000	99,90%	1,00	399 592	1 028,89	411 555
XS1288342659	AMERICAN HONDA FIN 1.375%/ 10-11-2022	400	400 000	104,30%	1,04	417 200	1 040,42	416 166
BE6257983286	APETRA 3.125%/ 25-09-2023	300	300 000	116,20%	1,16	348 610	1 115,28	334 585
FR0013251170	ASF 1.125%/ 20-04-2026	100	100 000	99,71%	1,00	99 711	1 063,54	106 354
XS1907118894	AT AND T 1.05%/ 05-09-2023	300	300 000	99,75%	1,00	299 250	1 030,56	309 167
FR0013378445	ATOS 0.75% 07/05/2022	200	200 000	99,75%	1,00	199 508	1 021,88	204 375
FR0011372622	AUCHAN 2.375%/ 12-12-2022	300	300 000	109,65%	1,10	328 950	1 051,43	315 430
XS1557268221	BANCO SANTANDER 1.375%/ 09-02-2022	100	100 000	100,88%	1,01	100 880	1 040,74	104 074
XS1107731702	BANK OF AMERICA 1.375%/ 10-09-2021	300	300 000	103,82%	1,04	311 445	1 029,81	308 942
XS1079726334	BANK OF AMERICA 2.375%/ 19-06-2024	100	100 000	109,03%	1,09	109 030	1 108,85	110 885
XS1678372472	BBVA 0.75% /11-09-2022	400	400 000	99,42%	0,99	397 680	1 019,07	407 630
XS1069549761	BFCM 3%/ 21-05-2024	400	400 000	109,76%	1,10	439 024	1 123,26	449 304
XS0821096418	BK NED GEMEENTEN BNG 2.25% / 30-08-20	200	200 000	111,48%	1,11	222 950	1 076,96	215 392
XS1589881785	BMW FIN 0.875%/ 03-04-2025	150	150 000	99,48%	0,99	149 217	1 041,80	156 270
XS1910245676	BMW FIN 1%/ 14-11-2024	200	200 000	99,28%	0,99	198 568	1 040,88	208 177
XS1873143645	BMW FINANCE 1%/ 29-08-2025	400	400 000	99,86%	1,00	399 436	1 046,19	418 475
XS1419646317	BNP 1.5%/ 25-05-2028	900	900 000	109,53%	1,10	985 770	1 094,02	984 615
XS1114473579	BP CAPITAL MARKETS PLC 2.213%/ 25-09-2022	200	200 000	110,35%	1,10	220 700	1 129,57	225 913
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1.526%/ 26-09-2022	400	400 000	105,47%	1,05	421 880	1 046,80	418 721
FR0013204476	BPCE 0.375%/ 05-10-2023	100	100 000	96,10%	0,96	96 102	1 011,29	101 129
FR0013455540	BPCE 0.5%/ 24-02-2027	400	400 000	99,07%	0,99	396 284	993,23	397 293
FR0013403862	BPCE SFH 0.625%/ 22-09-2027	300	300 000	101,74%	1,02	305 220	1 042,51	312 752
FR0011781764	BPCEGP 2.125%/ 17-03-2021	100	100 000	105,79%	1,06	105 785	1 045,18	104 518
FR0013244415	BPIFRANCE 0.75%/ 25-11-2024	400	400 000	102,90%	1,03	411 600	1 042,54	417 015
FR0013256369	BPIFRANCE 1%/ 25-05-2027	300	300 000	103,17%	1,03	309 504	1 070,91	321 273
FR0013256427	BRITISH TELECOM 1.125%/ 10-03-2023	300	300 000	101,69%	1,02	305 059	1 039,60	311 880
FR0013213832	CAP GEMINI SA 1.75%/ 01-07-2020	100	100 000	99,85%	1,00	99 853	1 013,75	101 375
XS1112678989	CARREFOUR 0.75%/ 26-04-2024	100	100 000	99,21%	0,99	99 214	1 027,80	102 780
ES0224261042	CFF 0.2%/ 16-06-2022	200	200 000	99,86%	1,00	199 714	1 013,08	202 616
FR0011625482	CITIGROUP 2.125%/ 10-09-2026	500	500 000	108,18%	1,08	540 875	1 114,40	557 201
FR0011659366	CNP ASSURANCES 1.875%/ 20-10-2022	100	100 000	101,43%	1,01	101 430	1 048,89	104 889
DE000A1MLXN3	COCA COLA 1.125%/ 09-03-2027	900	900 000	106,63%	1,07	959 694	1 071,83	964 646
DE000A194D09	CÓRES 1.5%/ 27-11-2022	100	100 000	101,40%	1,01	101 400	1 048,29	104 829
XS1309518998	CREDIT AGRICOLE 3.15%/ 23-12-2023	400	400 000	114,65%	1,15	458 600	1 113,29	445 317
XS1505884723	CREDIT AGRICOLE SA 3.030 / 21-02-2024	250	250 000	114,12%	1,14	285 300	1 114,58	278 646
XS1684269332	DAIMLER FIN 0.875%/ 09/04/2024	300	300 000	99,52%	1,00	298 554	1 030,26	309 078
XS0521000975	DEUTSCHE BAHN FIN 1.25%/ 23-10-2025	100	100 000	99,00%	0,99	98 996	1 068,46	106 846
XS1382385471	EASYJET 0.875%/ 11-06-2025	300	300 000	98,45%	0,98	295 347	1 018,15	305 446
XS1378895954	EASYJET 1.125%/ 18-10-2023	100	100 000	99,38%	0,99	99 384	1 030,87	103 087
FR0012346856	EDP FINANCE 1.875%/ 29-09-2023	100	100 000	99,66%	1,00	99 657	1 065,36	106 536
XS0500397905	EDP FINANCE 2%/ 22-04-2025	200	200 000	103,98%	1,04	207 950	1 095,93	219 185
FR0011147305	ENI 1%/ 14-03-2025	100	100 000	99,67%	1,00	99 671	1 046,18	104 618
FR0010678185	ENI 4% /29-06-2020	300	300 000	113,62%	1,14	340 845	1 041,12	312 336
XS1396767854	EQUINOR 0.75%/ 09-11-2026	300	300 000	104,47%	1,04	313 419	1 036,97	311 090
XS1529684695	FLUOR 1.75%/ 21-03-2023	500	500 000	104,50%	1,05	522 510	1 017,83	508 914
FR0012790327	FOMENTO ECONOMICO 1.75% /20/03/2023	135	135 000	105,25%	1,05	142 088	1 061,97	143 367
XS1612542669	FONCIERE LYONNAISE 1.875 %/ 26-11-2021	100	100 000	107,80%	1,08	107 800	1 031,89	103 189
XS1612542826	FRANCE TELECOM 3.875%/ 09-04-2020	500	500 000	113,22%	1,13	566 075	1 039,36	519 681
XS1147605791	G.D.F. SUEZ 3.125% /21-01-2020	500	500 000	110,65%	1,11	553 225	1 031,15	515 576
XS1488494987	GAS NATURAL FIN 1.25%/ 19-04-2026	300	300 000	100,90%	1,01	302 700	1 057,04	317 113
XS1366026679	GAS NETWORKS 1.375%/ 05-12-2026	300	300 000	103,35%	1,03	310 050	1 064,08	319 223
XS0494868630	GECINA 2% /17-06-2024	100	100 000	101,15%	1,01	101 150	1 096,07	109 607
XS1617845083	GENERAL ELECTRIC 0.375%/ 17-05-2022	200	200 000	99,54%	1,00	199 082	1 003,14	200 627
FR0013218393	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 1.375% /02-12-	200	200 000	104,35%	1,04	208 700	1 066,29	213 258
FR0011637024	HEMSO 1%/ 09-09-2026	400	400 000	97,13%	0,97	388 500	1 017,19	406 875

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
XS1366026679	HONEYWELL INTL 1.3%/ 22-02-2023	400	400 000	104,40%	1,04	417 600	1 049,71	419 885
FR0013444304	HSBC FRANCE 0.1%/ 03-09-2027	300	300 000	99,85%	1,00	299 547	970,53	291 158
XS1485597329	HSBC HLDG 0.875%/ 06-09-2024	200	200 000	98,20%	0,98	196 400	1 029,17	205 835
XS0494868630	IBERDROLA 4.125%/ 23-03-2020	100	100 000	114,39%	1,14	114 385	1 041,60	104 160
XS1375955678	IBM 1.75% 07-03-2028	600	600 000	113,11%	1,13	678 660	1 117,80	670 678
FR0013218393	ICADE 1.125%/ 17-11-2025	200	200 000	100,10%	1,00	200 200	1 037,05	207 410
FR0011637024	IMERYS 2.5%/ 26-11-2020	100	100 000	109,25%	1,09	109 250	1 018,49	101 849
XS1882544627	ING GROUP 1%/ 20/09/2023	200	200 000	99,32%	0,99	198 647	1 031,89	206 377
XS1319817323	INTL FLAVOR FRAGRANCES 1.75%/ 14-03-2021	100	100 000	99,82%	1,00	99 822	1 058,56	105 856
XS1578294081	ITALGAS 1.125%/ 14-03-2024	100	100 000	99,71%	1,00	99 706	1 050,68	105 068
XS1683495136	JOHN DEERE CASH MANAG. 0.5%/ 15-09-20	400	400 000	99,86%	1,00	399 434	1 020,06	408 025
XS1110449458	JP MORGAN 1.375%/ 16-09-2021	200	200 000	103,95%	1,04	207 900	1 030,38	206 076
XS1402921412	JP MORGAN 1.5%/ 29-10-2026	100	100 000	99,30%	0,99	99 301	1 081,48	108 148
FR0012758985	LA POSTE 1.125%/04-06-2025	200	200 000	101,75%	1,02	203 500	1 052,45	210 491
FR0013286846	LEGRAND 0.5%/ 09-10-2023	200	200 000	99,47%	0,99	198 942	1 019,23	203 847
FR0013266830	LEGRAND 0.75%/ 06-07-2024	200	200 000	99,59%	1,00	199 186	1 033,25	206 650
XS0257022714	LEHMAN 0% /12-06-2013	100	100 000	92,45%	0,92	92 451	0,10	10
XS1403264374	MCDONALDS 1%/ 15-11-2023	300	300 000	100,94%	1,01	302 822	1 036,26	310 877
FR0012332203	MERCIALYS 1.787% /31-03-2023	100	100 000	103,30%	1,03	103 300	1 044,33	104 433
XS1398336351	MERLIN PROP. 2.225%/ 25-04-2023	400	400 000	105,16%	1,05	420 630	1 073,50	429 399
XS1675764945	MITSUBISHI UFJ FIN GR 0.872%/ 07-09-202	400	400 000	100,00%	1,00	400 000	1 026,54	410 616
XS1685481332	NATIONAL AUSTRALIA BK 0.625%/ 18-09-20	800	800 000	99,50%	1,00	796 024	1 022,98	818 381
XS1640493372	NORDEA BANK 0.3%/ 30-06-2022	200	200 000	99,89%	1,00	199 772	1 011,21	202 242
XS1691349796	NORTEGAS 0.918%/ 28-09-2022	300	300 000	100,00%	1,00	300 000	1 020,46	306 137
XS1577747782	PRICELINE 0.8% / 10-03-2022	200	200 000	100,61%	1,01	201 226	1 022,97	204 594
XS1325825211	PRICELINE 2.15% / 25-11-2022	100	100 000	100,06%	1,00	100 060	1 057,41	105 741
XS1900752814	PROCTER AND GAMBLE 1.2%/ 30-10-2028	900	900 000	108,76%	1,09	978 840	1 083,53	975 180
XS1382784509	RABOBANK 1.250%/ 23-03-2026	100	100 000	103,67%	1,04	103 672	1 073,07	107 307
XS0826634874	RABOBANK 4.125%/ 14-09-2022	300	300 000	117,14%	1,17	351 414	1 118,47	335 542
FR0013183431	RATP 0.375% 15-06-2024	500	500 000	100,55%	1,01	502 740	1 024,24	512 119
FR0013241361	RCI BANQUE 1.375% 08-03-2024	40	40 000	99,78%	1,00	39 910	1 039,82	41 593
FR0013393774	RCI BANQUE 2% / 11-07-2024	200	200 000	99,63%	1,00	199 260	1 062,95	212 591
XS1613140489	REPSOL INTL FIN 0.5%/ 23-05-2022	300	300 000	100,02%	1,00	300 072	1 015,83	304 750
FR0012199065	RESEAU DE TRANSPORT 1.625% /08-10-202	200	200 000	106,20%	1,06	212 400	1 072,63	214 526
FR0013214137	SAGESS 0.625%/ 20-10-2028	100	100 000	98,65%	0,99	98 650	1 034,93	103 493
FR0013053329	SANEF 1.875% /16-03-2026	100	100 000	102,12%	1,02	102 120	1 082,96	108 296
XS1690133811	SANTANDER CONS FIN 0.5%/04-10-2021	100	100 000	99,90%	1,00	99 897	1 011,20	101 120
XS1956025651	SANTANDER CONS FIN 1%/ 27-02-2024	100	100 000	99,56%	1,00	99 555	1 035,11	103 511
XS1232098001	SIMON INTL FIN 1.375%/ 18-11-2022	400	400 000	103,67%	1,04	414 680	1 035,42	414 166
XS1318709497	SNAM 1.375%/ 19-11-2023	200	200 000	103,41%	1,03	206 820	1 049,28	209 856
XS0867612466	SOCIETE GENERALE 4% / 07-06-2023	300	300 000	114,95%	1,15	344 850	1 143,82	343 147
XS0969574325	STATOIL ASA 2% /10-09-2020	370	370 000	105,89%	1,06	391 793	1 021,92	378 110
FR0013016631	TDF INFRASTRUCTURE 2.875%/ 19-10-2022	200	200 000	103,45%	1,03	206 900	1 065,43	213 087
XS2001737324	TELENOR 0.75%/ 31-05-2026	300	300 000	99,82%	1,00	299 451	1 029,19	308 756
XS0903136736	TELSTRA CORP 2.5%/ 15-09-2023	500	500 000	111,39%	1,11	556 930	1 096,11	548 054
XS1178105851	TERNA 0.875%/ 02-02-2022	200	200 000	102,03%	1,02	204 058	1 026,66	205 332
FR0013311347	THALES 0.75%/ 23-01-2025	800	800 000	101,89%	1,02	815 104	1 032,03	825 622
XS2004381674	TOTAL CAP INTL 0.696%/ 31-05-2028	900	900 000	103,81%	1,04	934 245	1 031,37	928 233
FR0011075043	TOTAL INFR.GAZ 4.339% /07-07-2021	100	100 000	115,90%	1,16	115 900	1 085,98	108 598
XS1107890763	TOYOTA MOTOR CR 1%/ 10-09-2021	300	300 000	103,07%	1,03	309 210	1 023,26	306 978
FR0013332988	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 15-09-2025	300	300 000	99,77%	1,00	299 313	1 045,59	313 677
XS1401196958	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 28-04-2027	600	600 000	105,53%	1,06	633 162	1 048,29	628 975
XS1405767275	VERIZON 0.5% 02-06-2022	300	300 000	99,07%	0,99	297 222	1 015,70	304 709
XS1492446460	VF CORP 0.625%/ 20-09-2023	400	400 000	99,28%	0,99	397 100	1 017,65	407 059
FR0013367620	VINCI 1%/ 26-09-2025	200	200 000	99,48%	0,99	198 954	1 050,62	210 125
FR0013282571	VIVENDI 0.875%/ 18-09-2024	400	400 000	99,37%	0,99	397 468	1 028,19	411 275
XS1972548231	VOLKSWAGEN FIN SVCS 1.5%/ 01-10-2024	200	200 000	99,54%	1,00	199 076	1 042,53	208 506
XS1642590480	VOLKSWAGEN LEASING 1.375%/ 20-01-2021	200	200 000	98,95%	0,99	197 896	1 045,00	208 999
XS1130067140	WELLS FARGO 1.125%/ 29-10-2021	400	400 000	103,67%	1,04	414 676	1 024,74	409 895
	sub-total	36 145	36 145 000			37 702 100		37 911 968
2.3 - Derivados de negociação	sub-total	45 070	45 070 402			60 030 534		59 860 706
2.4 - Derivados de cobertura	sub-total	0				0,00		0,00
	sub-total	0				0,00		0,00
	total	52 794				69 181 758		68 981 212
3 - TOTAL GERAL		52 794				69 181 758		68 981 212

* Inclui o valor dos juros decorridos

Anexo 2 – Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2018	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros * em 31/12/2019	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	0	0	0	0
Não Vida				
Acidentes e Doença	20 979 562	5 992 660	20 195 391	5 208 488
Incêndio e outros danos	2 848 920	1 955 587	625 030	-268 304
Automóvel				
- Responsabilidade Cicil	12 696 745	6 149 651	6 629 452	82 358
- Outras coberturas	1 919 016	1 939 056	316 751	336 791
Marítimo, Aéreo e Transportes	48 762	28 596	374	-19 792
Responsabilidade Civil Geral	800 540	153 765	631 296	-15 479
Crédito e Caução	0	0	0	0
Proteção Jurídica	0	0	0	0
Assistência	86 845	189 025	500	102 680
Diversos	0	0	0	0
TOTAL	39 380 392	16 408 340	28 398 793	5 426 741
TOTAL GERAL	39 380 392	16 408 340	28 398 793	5 426 741

* Sinistros ocorridos no ano 2018 e anteriores

Anexo 3 – Discriminação dos custos com sinistros

2019

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	9 769 719	1 212 616	4 916 974	15 899 309
Incêndio e outros danos	4 080 238	145 068	-726 250	3 499 057
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	15 139 764	581 502	-424 227	15 297 040
- Outras coberturas	9 309 760	186 142	380 844	9 876 745
Marítimo, Aéreo e Transportes	81 648	2 127	-14 634	69 141
Responsabilidade Civil Geral	372 632	21 588	73 110	467 329
Crédito e Caução	0	0	0	0
Proteção Jurídica	5 529	0	0	5 529
Assistência	2 758 440	0	511 358	3 269 798
Diversos	0	0	0	0
TOTAL	41 517 731	2 149 044	4 717 175	48 383 949
Resseguro Aceite	0	0	0	0
TOTAL GERAL	41 517 731	2 149 044	4 717 175	48 383 949

Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por ramos

U: Euro

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO NÃO VIDA					
Acidentes e Doença	22 291 898	22 195 076	15 899 309	4 883 489	-387 704
Incêndio e Outros Danos	7 748 083	7 381 940	3 499 057	2 098 504	1 671 982
Automóvel:					
Responsabilidade Civil	23 575 526	21 622 228	15 297 040	5 560 859	1 029 395
Outras Coberturas	16 487 318	15 037 269	9 876 745	4 472 009	351 460
Marítimo e Transportes	351 205	342 345	55 441	73 388	214 719
Mercadorias Transportadas	243 749	237 049	13 700	66 287	94 333
Resp.Civil Geral	1 154 892	1 124 887	467 329	300 764	34 154
Protecção Jurídica	174 054	158 914	5 529	5 310	0
Assistência	4 409 939	3 962 967	3 269 798	130 088	3 346
TOTAL	76 436 663	72 062 675	48 383 949	17 590 697	3 011 684

(*) Sem dedução da parte dos resseguradores

Relatório e Contas 2019

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas da
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2019 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado o desenvolvimento da sua atividade bem como a continuação da implementação do projeto DIGITAL 2020. Registou, ainda, o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

O Conselho Fiscal promoveu com regularidade reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração. Mantivemos igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e demais documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e os correspondentes anexos elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços da empresa e do Revisor Oficial de Contas

2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

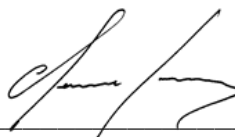
Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245.º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declaram ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 23 de Março de 2020

O Conselho Fiscal

Presidente:



(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal:



(Humberto Manuel Martins Carneiro)

Vogal:

(Bernardo José Ferreira Reis)

Relatório e Contas 2019

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Caravela – Companhia de Seguros, S.A.** (doravante também designada por Companhia), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 106 702 918 euros e um total de capital próprio de 32 387 101 euros, incluindo um resultado líquido de 4 219 966 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Caravela – Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, RUA TOMÁS DA FONSECA - TORRES DE LISBOA, TORRE G, 5º ANDAR, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL

TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

ESTRADA DE LEIRIA, 212, EDIFÍCIO PINUS PARK, FRAÇÃO X, 2430-901 MARINHA GRANDE, PORTUGAL

TEL.: + 351 24 457 49 60 - FAX: + 351 24 45749 79 - E-MAIL: MAZARSLEIRIA@MAZARS.PT



Ênfase

O Relatório de Gestão da Companhia, aprovado em Conselho de Administração no passado dia 2 de março de 2020, refere no seu capítulo 3 a dificuldade em antecipar o impacto negativo da pandemia COVID-19. Contudo, considerando a evolução da pandemia desde aquela data até à data de emissão da nossa opinião e o facto de ter sido decretado o Estado de emergência, entendemos relevante chamar a atenção para o potencial impacto que a mesma poderá ter na atividade da Companhia. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Ativos por Impostos Diferidos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A rubrica Ativos por Impostos Diferidos exige julgamento profissional sobre a análise da capacidade de recuperação dos mesmos, uma vez que a realização deste ativo está sempre dependente de lucros tributáveis futuros e há incertezas inerentes envolvidas na previsão destes resultados, que são sempre a base da avaliação de recuperação.</p> <p>O assunto acima referido está divulgado na Nota 20 anexa às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>Nesta área, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação crítica dos principais pressupostos, nomeadamente no que respeita às taxas de crescimento, margens e projeções futuras.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria sobre as projeções futuras incluíram a comparação da taxa de crescimento esperada para o <i>business plan</i> aprovado pela Companhia, avaliando o rigor desse processo de previsão, no passado, e considerando se as margens projetadas são realizáveis com referência ao recente desempenho do negócio e ao nosso próprio conhecimento do setor.</p> <p>Avaliamos a razoabilidade do apuramento dos impostos diferidos, tendo em consideração os lucros tributáveis futuros. Avaliámos, ainda, a adequação das divulgações em relação aos pressupostos de apoio à valorização de Ativos por impostos diferidos e o seu reconhecimento.</p>



Provisões Técnicas

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A avaliação do Órgão de gestão sobre as Provisões para a regularização dos sinistros futuros envolve julgamentos complexos e subjetivos sobre eventos futuros, internos e externos à Companhia, e pequenas alterações nos pressupostos considerados podem resultar em impactos materiais na valorização destas responsabilidades.</p>	<p>A nossa equipa de auditoria integra especialistas em atuariado.</p>
<p>A Provisão para sinistros, a qual integra a Provisão de prestações, IBNR, IBNER e o Custo de Gestão de Sinistros, representa o custo estimado do total das obrigações pendentes da seguradora resultante dos sinistros ocorridos em data anterior à data de encerramento do exercício. Esta é uma área complexa e sujeita a julgamento profissional em resultado da incerteza inerente ao cálculo da estimativa das provisões para sinistros. No cálculo destas provisões são utilizados métodos estatísticos tanto estocásticos como determinísticos, sendo ambos os métodos complexos com inúmeras hipóteses sujeitas a validação/revisão.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o teste dos controlos-chave relacionados com o registo de apólices e o circuito do reporte de sinistros, bem como a execução de procedimentos substantivos para validar a coerência face à ocorrência e potencial valor dos sinistros, procedendo ainda à validação do nível de provisões registado para fazer face aos sinistros incorridos.</p>
<p>Especificamente no que respeita a linha de negócios de acidentes do trabalho, o normativo Português regula as tábuas de mortalidade e as taxas de desconto. Contudo, as mesmas poderão não ser as mais indicadas à carteira da Companhia, pelo que carecem de revisão detalhada. Uma das incertezas mais significativas está relacionada com o cálculo de gastos a incorrer com sinistros graves que envolvam acidentes pessoais corporais [decorrentes da linha de negócio do Auto] e a determinação do valor atual das rendas que venham a ser definidas, assim como a eventual insuficiência das provisões para cobrir os riscos associados aos sinistros futuros.</p>	<p>Procedemos ainda à revisão das metodologias utilizadas, incluindo os triângulos de sinistros pagos e ocorridos e o custo médio por sinistro, validando pontos críticos de julgamento como, por exemplo, frequência de ocorrência, fatores de desenvolvimento, a incorporação de melhorias nas tendências na projeção das provisões, e <i>benchmarking</i> dos critérios-chave nas estimativas face ao conhecimento do setor.</p>
<p>O assunto acima referido está divulgado nas Notas 3.7, 4.1, 4.2, 4.5 e 4.6 anexas às Demonstrações Financeiras.</p>	

Valorização de Instrumentos Financeiros (incluindo Edifícios de rendimento)

Descrição da matéria relevante de auditoria

Conforme divulgado nas Notas 3.3 e 5, das notas anexas às demonstrações financeiras, as metodologias de valorização dos instrumentos financeiros e dos terrenos e edifícios de rendimento podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Desta forma, a valorização dos instrumentos financeiros, assim como a avaliação de terrenos e edifícios de rendimentos são áreas chave de foco da auditoria considerando o grau de complexidade envolvido na valorização de alguns dos instrumentos financeiros e na importância dos julgamentos e estimativas realizados na sua valorização.

O risco não é uniforme para todos os tipos de investimentos mas é maior para os investimentos que não apresentam preços de mercado disponíveis. Os instrumentos financeiros e os terrenos e edifícios de rendimento apresentados na demonstração da posição financeira como ativos financeiros disponíveis para venda e de terrenos e edifícios de rendimento, no montante de 70 213 milhares de euros, representam 66% do total do ativo da Companhia, em 31 de dezembro de 2019.

Abordagem e resposta de auditoria

Na valorização dos instrumentos financeiros, avaliamos a metodologia e pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão na valorização da carteira de investimentos com referência a 31 de dezembro de 2019, assim como os procedimentos de controlo implementados para monitorizar estes processos.

Foram por nós executados os seguintes procedimentos:

- avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados no processo de valorização;
- comparação dos preços utilizados com os valores de mercado, quando disponíveis, analisando quaisquer eventuais diferenças significativas; e
- realização de valorizações independentes dos ativos financeiros, utilizando a nossa experiência nesta área.

No que respeita aos terrenos e edifícios de rendimento, dos procedimentos de auditoria realizados, destacamos os seguintes:

- análise dos relatórios de avaliação disponíveis, efetuados por peritos independentes, de forma a entender a sua objetividade, abordagem e os seus resultados; e
- análise dos pressupostos significativos, áreas críticas de julgamento e ainda da sua adequação com as condições de mercado.

Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas pela Companhia, nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente aos Instrumentos Financeiros e aos terrenos e edifícios de rendimento, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor (IFRS).

Outros ativos tangíveis e outros passivos financeiros (IFRS 16 - Locações)

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>As notas explicativas 8, 3.2.3 e 3.8.6, integrantes das demonstrações financeiras apresentam as bases de mensuração e divulgação relacionadas com a aplicação pela primeira vez da Norma IFRS 16 aos contratos de locação (considerados em âmbito).</p> <p>Conforme referido na nota 3.8.6, das notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras, a Companhia reconhece os ativos detidos sob um locação financeira na sua demonstração da posição financeira pelo custo de aquisição dos bens locados, equivalentes ao valor atual das rendas de locação vincendas, os quais são apresentados no ativo e no passivo, na rubrica "Outros ativos tangíveis" e "Outros passivos financeiros", respetivamente, com recurso a taxa de desconto e definição de período de locação, que envolvem ambos um elevado nível de julgamento, envolvendo alguns pressupostos e metodologias.</p> <p>A nota 3.8.6 das notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, apresenta ainda informação relativamente ao montante determinado pela gestão, de acordo com o disposto no normativo contabilístico em vigor (IFRS 16). O valor pelo qual o ativo e o passivo se encontram registados nas demonstrações financeiras encontra-se dependente da concretização futura dos pressupostos utilizados na determinação desse valor.</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de Auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente aos pressupostos utilizados, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Compreensão da metodologia e pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão;• Identificação e análise a todos os contratos de locação (imóveis e veículos) em vigor;• Identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pela Companhia na avaliação da adequação dos impactos decorrentes da aplicação pela primeira vez da IFRS 16 (<i>first-time adoption</i>);• Execução de procedimentos substantivos comparando os respetivos resultados com os obtidos pela Companhia;• Revisão do registo contabilístico decorrente do apuramento do valor do direito de uso e do passivo financeiro dos diversos bens em locação; <p>Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras, relativamente à aplicação pela primeira vez da IFRS 16 (Locações), estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor (IFRS).</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2014 para um mandato compreendido entre 2013 e 2016, tendo este sido renovado em 20 de outubro de 2017 para o quadriénio 2017-2020. Em 9 de julho de 2019 fomos nomeados para um novo mandato compreendido entre 2019-2022, tendo sido obtida autorização expressa por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia em 23 de março de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 23 de março de 2020

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)